

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**LAURA PEREIRA RAMOS**

**AS RELAÇÕES DO REINO UNIDO COM A ÁFRICA: DO NEOCOLONIALISMO AO  
“NOVO” NEOCOLONIALISMO DO SÉCULO XIX**

**Porto Alegre**

**2024**

**LAURA PEREIRA RAMOS**

**AS RELAÇÕES DO REINO UNIDO COM A ÁFRICA: DO NEOCOLONIALISMO AO  
“NOVO” NEOCOLONIALISMO DO SÉCULO XIX**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Analúcia Danilevicz  
Pereira

**Porto Alegre**

**2024**

### CIP - Catalogação na Publicação

Ramos, Laura Pereira  
AS RELAÇÕES DO REINO UNIDO COM A ÁFRICA: DO  
NEOCOLONIALISMO AO "NOVO" NEOCOLONIALISMO DO SÉCULO  
XIX / Laura Pereira Ramos. -- 2024.  
82 f.  
Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Relações  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Neocolonialismo. 2. Política Colonial Britânica.  
3. África. 4. Dependência Econômica. I. Pereira,  
Analúcia Danilevicz, orient. II. Título.

**LAURA PEREIRA RAMOS**

**AS RELAÇÕES DO REINO UNIDO COM A ÁFRICA: DO NEOCOLONIALISMO AO  
“NOVO” NEOCOLONIALISMO DO SÉCULO XIX**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira – Orientadora

UFRGS

---

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

UFRGS

---

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

UFRGS

## **AGRADECIMENTOS**

Expresso meu agradecimento ao Estado brasileiro e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul por todas as experiências e oportunidades que recebi ao longo dos últimos cinco anos durante minha formação acadêmica. Ressalto também minha profunda gratidão à universidade que, mesmo diante de ameaças que poderiam ter impactado seu funcionamento e existência, pode proporcionar a mim uma experiência educacional excepcional de caráter público e gratuita. Externo meu profundo reconhecimento aos docentes que integraram minha jornada acadêmica por terem compartilhado seu conhecimento e suscitado meu interesse na área de Relações Internacionais. Em particular, dedico meus agradecimentos à estimada Professora Dra. Analúcia Danilevicz Pereira, pelo dedicado acompanhamento, orientação exemplar e suporte durante a elaboração deste trabalho.

Gostaria de agradecer especialmente ao meu pai, Luiz, por toda a sua dedicação e amor à nossa família, e por sempre ter me incentivado a seguir o caminho dos estudos. Ao meu irmão, Gregório, que me ensina diariamente a ser uma pessoa mais compreensiva. Ao meu namorado, Pedro Arthur, por ser meu maior companheiro e por todo o suporte dado durante a escrita desse trabalho. À Severina e à Felisbina por trazerem alegria e leveza aos meus dias com sua presença. A todos os meus amigos que fiz ao longo da vida e da graduação, que me incentivam e me inspiram.

## RESUMO

Este trabalho aborda o neocolonialismo britânico na África, analisando as dimensões comercial-econômica, cultural-humanitária e político-ideológica. O problema definido questiona em que medida é possível relacionar os mecanismos no neocolonialismo britânico com as política colonial definida por essa metrópole. Durante o período de colonização africana, as potências europeias adotaram abordagens distintas em relação à governança de suas colônias, sendo a Inglaterra conhecida pela adoção do governo indireto. Dessa forma, a hipótese desenvolvida propõe que as práticas coloniais do Reino Unido adotadas durante o imperialismo moldam as relações estabelecidas na contemporaneidade, fazendo com que o neocolonialismo britânico se manifeste de forma mais sutil que de outros países. Assim, o objetivo do trabalho é analisar a manifestação do neocolonialismo britânico na África, investigando os eixos comercial-econômica, político-ideológico e cultural-humanitária, e como estas se relacionam com a política colonial britânica histórica no continente. Objetivos específicos incluem compreender as bases teóricas e conceituais do neocolonialismo, explorar as particularidades da política colonial britânica e suas continuidades neocoloniais, e analisar a manifestação do neocolonialismo britânico nas esferas mencionados. O estudo utiliza uma abordagem qualitativa, com análise de literatura histórica e documentos primários. Os resultados indicam que a influência britânica persiste, manifestando-se na exploração de recursos, dependência comercial, laços humanitários e políticas neoliberais. Conclui-se que, apesar da independência formal, as dinâmicas de poder estabelecidas durante o colonialismo ainda moldam as relações entre o Reino Unido e a África, destacando a necessidade de abordagens críticas nas relações internacionais para compreender a realidade das nações africanas.

**Palavras-chave:** Neocolonialismo. Política Colonial Britânica. África. Dependência Econômica.

## ABSTRACT

This work addresses British neocolonialism in Africa, analyzing the commercial-economic, cultural-humanitarian, and political-ideological dimensions. The defined problem questions to what extent it is possible to relate the mechanisms in British neocolonialism to the colonial policy defined by this metropolis. During the African colonization period, European powers adopted distinct approaches to the governance of their colonies, with England known for adopting indirect government. Thus, the developed hypothesis proposes that the colonial practices of the United Kingdom adopted during imperialism shape the relationships established in contemporaneity, making British neocolonialism manifest in a more subtle way than other countries. Therefore, the objective of the work is to analyze the manifestation of British neocolonialism in Africa, investigating the commercial-economic, political-ideological, and cultural-humanitarian axes, and how these relate to the historical British colonial policy on the continent. Specific objectives include understanding the theoretical and conceptual bases of neocolonialism, exploring the particularities of British colonial policy and its neocolonial continuities, and analyzing the manifestation of British neocolonialism in the mentioned spheres. The study uses a qualitative approach, with analysis of historical literature and primary documents. The results indicate that British influence persists, manifesting itself in resource exploitation, commercial dependence, humanitarian ties, and neoliberal policies. It is concluded that, despite formal independence, the power dynamics established during colonialism still shape the relations between the United Kingdom and Africa, highlighting the need for critical approaches in international relations to understand the reality of African nations.

**Keywords:** Neo-colonialism. British colonial policy. Africa. Economic dependence.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa do Império Britânico em 1921.....	34
Figura 2 - Expansão do Império Britânico na Primeira Guerra Mundial.....	40
Figura 3 - Conceitualização do governo indireto.....	43
Figura 4 - Mapa da descolonização britânica da África.....	53
Figura 5 - Empresas extrativistas na África listadas na LSE.....	60
Figura 6 - Mapa dos membros da Commonwealth em 1998.....	69

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>NEOCOLONIALISMO: FUNDAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS E MECANISMOS</b> .....	<b>13</b>
2.1	CONTEXTO HISTÓRICO E DEFINIÇÃO DO TERMO .....	13
2.2	MECANISMOS DO NEOCOLONIALISMO .....	17
2.2.1	Influência econômica .....	17
2.2.2	Influência cultural.....	19
2.2.3	Intervenção política e militar .....	20
2.2.4	Relações diplomáticas assimétricas .....	22
2.2.5	Cooptação da elite .....	23
<b>3</b>	<b>A POLÍTICA COLONIAL BRITÂNICA NA ÁFRICA</b> .....	<b>26</b>
3.1	O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO BRITÂNICA NA ÁFRICA.....	26
3.1.1	A Conferência de Berlim e a formalização das colônias britânicas na África .....	30
3.1.2	Mecanismos de governança britânica na África: o governo indireto .....	33
3.1.3	The British Commonwealth of Nations.....	36
3.1.4	A extração de recursos e exploração da mão de obra africana .....	38
3.2	O PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO DAS COLÔNIAS BRITÂNICAS NA ÁFRICA.....	41
<b>4</b>	<b>MANIFESTAÇÕES DO NEOCOLONIALISMO BRITÂNICO NA ÁFRICA</b> .....	<b>48</b>
4.1	DIMENSÃO COMERCIAL-ECONÔMICA .....	48
4.1.1	O monopólio britânico na extração de minérios na África Austral .....	54
4.2	DIMENSÃO CULTURAL-HUMANITÁRIA .....	56
4.2.1	A Commonwealth of Nations após a descolonização da África .....	60
4.3	DIMENSÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA .....	63
4.3.1	O Acordo de Cotonu de 2000 .....	65
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>68</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>75</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A existência do Império Britânico foi um dos maiores marcos históricos da modernidade. Em decorrência da sua proximidade histórica com a contemporaneidade, manifesta-se notório que seus impactos seguem presentes em diversas sociedades atuais. Conseqüentemente, para compreensão da política doméstica dos países colonizados e de diversos fenômenos que permeiam o panorama atual do Sistema Internacional é essencial o estudo do Império Britânico (Dalziel, 2006). Em se tratando de África, a relação com o Reino Unido, especificamente durante o processo de colonização no final do século XIX, foi marcada por uma série de dinâmicas complexas e multifacetadas, que emergiram como solução para a crise internacional e o declínio da Pax Britânica (Visentini, 2012). Essa relação foi profundamente influenciada pela ascensão do capitalismo industrial, que moldou as ambições e práticas do Império Britânico. O continente africano foi incorporado na economia capitalista global, servindo como uma fonte vital de matérias-primas e um mercado para bens manufaturados britânicos.

Além disso, a colonização implantou sistemas econômicos e educacionais que visavam primariamente servir aos interesses britânicos, levando a profundas transformações na estrutura social e na cultura africana. O imperialismo deixou marcas significativas para as ex-colônias, que sofrem até hoje as conseqüências desse processo exploratório e lutam pelo desenvolvimento econômico autônomo. O processo de descolonização das colônias britânicas na África, manifestado ao longo da segunda metade do século XX, foi profundamente influenciado por uma série de eventos globais e desenvolvimentos internos nas próprias colônias, frutos das mudanças na dinâmica do poder global após a Segunda Guerra Mundial. Este processo foi marcado por movimentos de nacionalismo africano, que buscavam não apenas a independência política, mas também o desmantelamento das estruturas socioeconômicas coloniais.

Nesse contexto, o conceito de “neocolonialismo” ganhou destaque no discurso internacional, especialmente após a publicação da obra “Neocolonialismo: Último Estágio do Imperialismo” de Kwame N’Krumah. O fenômeno do neocolonialismo, que se caracteriza pela contínua dominação e influência de antigas potências coloniais sobre suas ex-colônias, ressalta a necessidade de uma investigação abrangente para desenvolver estratégias de emancipação e crescimento na África (Rodney, 1975). No entanto, apesar de sua relevância histórica, esse termo é muitas vezes desconsiderado nas áreas de Relações Internacionais e Estudos de

Desenvolvimento. Embora a figura de Kwame N’Krumah seja central na história africana por ter liderado Gana à independência em 1957, sua análise intelectual das relações Norte-Sul através do neocolonialismo tem perdido influência nos círculos acadêmicos atuais. Portanto, a retomada do estudo de obras sobre o neocolonialismo mostram-se relevantes para a análise de certos aspectos das intervenções de desenvolvimento na África por elementos externos, tanto corporativos quanto estatais (Langan, 2018). Além de ser crucial para compreender como a dinâmica global de poder e exploração econômica continua a se perpetuar, transformando a independência formal das nações africanas em uma nova forma de dependência, onde a soberania é restringida pela influência e controle externo.

Tendo isso em vista, o presente trabalho aborda o neocolonialismo britânico na África, focando no estudo da política colonial britânica e a análise das relações estabelecidas pós-independência. Dessa forma, este trabalho se propõe a examinar como as estratégias e práticas estabelecidas durante o período colonial britânico continuaram a influenciar as relações econômicas, políticas e culturais com as nações africanas após a obtenção da independência. A análise se concentra em desvendar as nuances e continuidades do poder britânico na África, avaliando como antigas estruturas coloniais foram adaptadas ou mantidas para perpetuar influências neocoloniais.

Ao longo do período de colonização africana, as metrópoles europeias — notoriamente França e a Inglaterra — realizaram abordagens distintas em relação ao governo de suas colônias. Enquanto a França implementou o sistema de administração direta, caracterizado pela intervenção centralizada e os funcionários europeus sendo os responsáveis a tomar as decisões, estabelecendo e administrando os regulamentos para as colônias; o Reino Unido recorria ao governo indireto, exercendo influência por meio da cooptação de políticos locais, utilizando as estruturas e tradições existentes na região para definição de regras e regulamentos a fim de garantir os interesses da Coroa. Apesar do turbulento processo transitório que gerou a independência das colônias inglesas na África, a atenção acadêmica frequentemente se volta mais para a persistência do neocolonialismo francês que às relações entre a Grã-Bretanha e suas ex-colônias mantiveram após a descolonização. A França é comumente citada como um exemplo proeminente de neocolonialismo; e tendo sua atuação contrastada com a dos ingleses, que aparentam manter uma influência mais branda. A ação britânica chega até mesmo a ser

classificada em diversos momentos como uma contribuição positiva ao desenvolvimento pós-colonial — perspectiva que acaba sendo reforçada pelas iniciativas de ajuda humanitária.

Os aspectos supracitados sugerem o problema no qual está baseada esta pesquisa. Torna-se, portanto, relevante analisar: Em que medida é possível relacionar os mecanismos do neocolonialismo britânico contemporâneo — manifestado em relações multidimensionais com a África — com as características da política colonial britânica no continente? A hipótese explorada parte da investigação sobre a continuidade das relações neocoloniais britânicas na África e sua comparação com a política colonial britânica no continente. A presente hipótese propõe que o neocolonialismo britânico, sendo um reflexo da política colonial britânica, se distingue da abordagem direta adotada por outras potências — por exemplo, a França. Assim, esta hipótese sugere que o neocolonialismo britânico apresenta-se de forma menos explícita, voltando-se majoritariamente às influências comerciais, ideológicas e culturais. Destaca-se também, no aspecto das estratégias econômicas, a persistência de relações econômicas entre o Reino Unido e suas ex-colônias africanas — com ênfase no contexto da exploração de recursos naturais. A permanência de empresas britânicas nessas regiões é sustentada por estreitos vínculos com as elites locais, as quais foram fortalecidas pelo sistema de governo indireto durante a colonização e continuam a servir aos interesses econômicos britânicos.

No âmbito cultural-humanitário e político-ideológico, a hipótese explora as organizações internacionais (especialmente a Commonwealth) como um componente fundamental. Embora essa organização tenha um papel simbólico, ela fortalece relações de paternalismo com o continente africano. A utilização da Commonwealth como um elo cultural reforça dinâmicas de influência e poder, perpetuando uma imagem de continuidade histórica. No eixo político-ideológico, observa-se a promoção de sistemas políticos alinhados aos interesses britânicos, influenciando a formação de líderes políticos locais e moldando agendas políticas que favoreçam as estratégias neocoloniais britânicas. A influência cultural é parte importante da análise da política neocolonial, conforme observado por N'Krumah (1967, introdução): “embora o objetivo dos neocolonialistas seja o domínio econômico, não limitam suas operações à esfera econômica. Utilizam os velhos métodos colonialistas da infiltração religiosa, educacional e cultural”. Assim, a hipótese se expande para incluir não apenas a influência econômica e financeira, mas traz elementos culturais e ideológicos que reforçam a manutenção do neocolonialismo britânico na África.

Neste sentido, o objetivo principal estabelecido no presente trabalho visa analisar a manifestação do neocolonialismo britânico na África, investigando suas dimensões em esferas comercial-econômicas, político-ideológicas e cultural-humanitárias, e como estas se relacionam com a política colonial britânica histórica no continente. Como desdobramento, os objetivos específicos definidos são: (i) Compreender as raízes teóricas e conceituais do neocolonialismo, analisando suas características fundamentais e situando-o no contexto histórico; (ii) Explorar as particularidades da política colonial britânica e evidenciar a persistência dessas estratégias na formação neocolonial; e (iii) Compreender a manifestação do neocolonialismo britânico no continente africano nos eixos comercial-econômico, político-ideológico e cultural-humanitário.

Para alcançar os objetivos propostos e avaliar a hipótese levantada neste trabalho, foi adotada uma abordagem metodológica centrada na análise qualitativa. Esta análise é baseada em uma revisão abrangente da literatura especializada sobre o neocolonialismo britânico na África, incluindo fontes acadêmicas e documentos primários. A metodologia empregada possui um caráter histórico-descritivo, objetivando contextualizar e explicar as relações britânicas com as nações africanas a partir do processo de colonização no final do século XIX. Este trabalho está estruturado em três capítulos de desenvolvimento, além desta introdução e da conclusão.

O primeiro capítulo tem a finalidade de fundamentar teoricamente o trabalho. Para isso, explora o neocolonialismo como um conceito teórico, detalhando sua emergência histórica e destacando os mecanismos através dos quais se manifesta. O segundo capítulo analisa a política colonial britânica na África, discutindo a principal forma de dominação estabelecidas após a partilha do continente: o governo indireto. Este capítulo explora como estas estruturas administrativas foram implantadas, além da formação da Commonwealth e do extrativismo de recursos naturais, destacando o papel da exploração da África na manutenção do poder britânico. Também é abordado o processo de descolonização, evidenciando a política da metrópole em relação aos processos de independência. Por fim, o foco do terceiro capítulo é nas manifestações do neocolonialismo britânico na África, abordando o tema em três dimensões principais: comercial-econômica, cultural-humanitária e político-ideológica. A dimensão comercial-econômica analisa a persistente dependência econômica das nações africanas pós-colonialismo, destacando como a exploração de recursos naturais por interesses corporativos globais e britânicos perpetua desequilíbrios econômicos. Na dimensão cultural-humanitária é discutido o papel das iniciativas humanitárias e de ajuda do Reino Unido na África como mecanismos de

perpetuação de dependências. A dimensão político-ideológica, aborda a influência britânica contínua nas políticas governamentais das nações africanas, por meio de organizações internacionais e acordos que compelem esses países a adotarem uma agenda neoliberal no lugar de buscarem um desenvolvimento autônomo e sustentável.

## **2 NEOCOLONIALISMO: FUNDAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS E MECANISMOS**

Este capítulo pretende explorar o conceito de “neocolonialismo”, analisando o contexto histórico em que este termo emergiu, definindo-o e abordando seus mecanismos. A propagação do termo “neocolonialismo” a partir da metade do século XX reflete as mudanças no sistema internacional após o processo de descolonização dos Estados africanos e asiáticos pós-Segunda Guerra Mundial. Embora seja amplamente difundido atualmente, o conceito “neocolonialismo” ganhou notoriedade a partir da publicação do livro “Neocolonialismo: Último Estágio do Imperialismo” de Kwame N’Krumah. Este livro também é a principal referência utilizada na fundamentação teórica deste capítulo.

Ademais, vale ressaltar que o conceito é multifacetado, manifestando-se de maneiras diversas e frequentemente sutis. Portanto, o capítulo examina diferentes aspectos do neocolonialismo, incluindo sua influência econômica, cultural, política e militar, além das relações diplomáticas desiguais e a cooptação da elite local. Compreender a contextualização teórica do neocolonialismo é essencial para decifrar como as estruturas e dinâmicas de poder globais moldam as relações internacionais, a política econômica e a sociedade em um contexto pós-colonial. Conjuntamente, manifesta-se fundamental para a realização de uma análise crítica dos capítulos subsequentes e para o desenvolvimento do objetivo principal deste trabalho.

### **2.1 CONTEXTO HISTÓRICO E DEFINIÇÃO DO TERMO**

O neocolonialismo é um conceito complexo e multifacetado, que se manifesta como objeto de discussão e análise ao longo de décadas. Apesar de sua frequente utilização a partir da metade do século XX, não há uma definição amplamente aceita e nem uma origem facilmente identificável para o termo (Haag, 2011). O neocolonialismo é um fenômeno manifestado de várias formas, muitas vezes de modo sutil e indireto, desafiando uma definição precisa (Rahaman; Yeazdani; Mahmud, 2017).

Este termo passou a ser utilizado a partir do processo de descolonização de Estados africanos e asiáticos após a Segunda Guerra Mundial. A guerra havia enfraquecido consideravelmente as potências colonizadoras europeias, gerando dificuldades para elas

manterem sistemas de dominação direta. A União Soviética, China e Cuba, apoiando ativamente os movimentos de libertação, também desempenharam um papel fundamental nesse processo. Além disso, os Estados Unidos emergiram como uma superpotência após a guerra e pressionaram a transformação dos blocos comerciais coloniais, que passaram a ser vistos como uma barreira à expansão econômica americana (Young, 2016).

Adicionalmente, no cenário pós-Segunda Guerra Mundial, a descolonização da África, que se iniciou na década de 1960, evidenciou que a independência das colônias africanas não foi alcançada de maneira a romper completamente todos os laços de dependência entre essas colônias e as metrópoles. As potências coloniais não concederam independência econômica a esses Estados, resultando na imposição de relações neocoloniais que os mantiveram econômica e socioculturalmente dependentes de seus antigos colonizadores. Esse período também foi pautado pela disputa entre as superpotências, Estados Unidos e União Soviética, que desempenharam papéis cruciais no âmbito geopolítico, influenciando a dinâmica do neocolonialismo na África. Foi nesse período histórico que o neocolonialismo começou emergir como uma versão mais sutil e indireta do antigo sistema imperialista (Rahaman; Yeazdani; Mahmud, 2017).

Sob essas circunstâncias, o neocolonialismo começou a ser um tema debatido entre estudiosos. Jean-Paul Sartre, filósofo e ativista francês anticolonialista, foi um dos primeiros a cunhar o termo em 1956 (Haag, 2011). No livro “Colonialismo e Neocolonialismo” (1964), Sartre argumenta que tanto o colonialismo quanto o neocolonialismo são sistemas opressivos que exploram as pessoas colonizadas e extraem recursos de suas terras. O colonialismo estabelece uma dinâmica na qual o colonizador detém todo o poder e os colonizados são reduzidos a objetos de exploração. O neocolonialismo, por sua vez, mantém o mesmo sistema opressivo de exploração, mas aparenta apenas domínio econômico e cultural (Sartre, 2005).

O termo “neocolonialismo” tem suas raízes no leninismo. Essa palavra foi empregada pelos teóricos dessa corrente para descrever uma nova forma de dominação aplicada após o período colonial. Essa corrente ideológica aponta para uma estrutura colonial mantida e sustentada pelas economias capitalistas ocidentais que continuavam a depender dos recursos e da mão de obra de suas antigas colônias, buscando, assim, manter sua influência mesmo após a independência política (Crozier, 1964).

Lenin acreditava que a independência política por si só era insuficiente e que a verdadeira independência também exigia soberania econômica. Ele argumentava que o imperialismo

representava a última fase do capitalismo e era caracterizada por gigantes empresas monopolísticas em busca de novos territórios para mercados e pela invasão e divisão territorial do globo pelas potências capitalistas. Neste cenário, as nações imperialistas, impulsionadas por uma forte concorrência em busca de matérias-primas e mercados, e apoiadas pelo poder militar dos seus Estados-nações, comerciantes e financistas, empreenderam ações com o objetivo de transformar regiões do mundo em espaços de pilhagem e exploração econômica. Isso incluía a formação de grandes propriedades rurais e a aquisição de territórios coloniais e semicoloniais (Lenin, 1982; Chaves; Santos, 2020). Lenin e seus seguidores também sustentavam que as nações imperialistas não estariam dispostas a abdicar do controle sobre suas colônias. Portanto, a partir destas constatações, é possível observar que o conceito de neocolonialismo baseia-se na perspectiva de demonstrar as vias pelas quais o controle econômico e a exploração persistiam mesmo após a conquista da independência política formal (Crozier, 1964).

Contudo, a definição oficial do neocolonialismo foi fornecida pela terceira Conferência de Todos os Povos Africanos em 1961, no Cairo, que

Considera o Neocolonialismo, que é a sobrevivência do sistema colonial apesar do reconhecimento formal da independência política em países emergentes que se tornam vítimas de uma forma indireta e sutil de dominação por meio de meios políticos, econômicos, sociais, militares ou técnicos, a maior ameaça para os países africanos que conquistaram recentemente sua independência ou aqueles que estão se aproximando desse status (All African People's Conference, 1961, p. 1, tradução própria<sup>1</sup>).

Além disso, as resoluções do Cairo também pontuaram que a influência e o controle dos países neocoloniais podem assumir diversas formas, desde o controle de preços de bens primários e manufaturados até o domínio do comércio de matérias-primas e a influência nas decisões financeiras internas. Durante a conferência, o neocolonialismo foi denunciado como uma ameaça, destacado exemplos de sua manifestação, identificado agentes neocoloniais e delineado meios de combate (All African People's Conference, 1961).

As resoluções enfatizaram o papel dos Estados Unidos, da Alemanha Federal, de Israel, da Grã-Bretanha, da Bélgica, da Holanda, da África do Sul e da França como perpetradores do neocolonialismo. Manifestações de neocolonialismo incluíram governos fantoches, federações e comunidades formadas antes ou após a independência, bem como a continuidade da dependência

---

<sup>1</sup> No inglês: Considers Neo-colonialism, which is the survival of the colonial system in spite of formal recognition of political independence in emerging countries which become the victims of an indirect and subtle form of domination by political, economic, social, military or technical means, is the greatest threat to African Countries that have newly won their independence or those approaching this status (All African People's Conference, 1961, p. 1).

econômica e a integração em blocos econômicos coloniais. Os agentes neocoloniais foram postos como embaixadas e missões coloniais, técnicos estrangeiros, militares, representantes de países imperialistas e colonialistas e propaganda maliciosa (All African People's Conference, 1961).

Todavia, a palavra “neocolonialismo” só ganhou notoriedade internacional com a publicação da obra “Neocolonialismo: Último Estágio do Imperialismo<sup>2</sup>” de Kwame N’Krumah em 1965 (Haag, 2011). N’Krumah publicou o livro em um momento que muitas nações africanas estavam lutando pela sua independência ou recém haviam conquistado-a. Inclusive Gana, país no qual ele foi o primeiro presidente em 1960 (Chaves; Santos, 2020). Dessa maneira, denunciou e documentou a persistente relação de subordinação imposta às nações recém-independentes com seus antigos colonizadores, enfatizando que, embora tais Estados fossem oficialmente independentes e soberanos, sua economia e política eram controladas por atores externos. O neocolonialismo, assim, representa uma adaptação do colonialismo, com o mesmo objetivo subjacente: manter as antigas colônias em uma posição de dependência que permite a exploração econômica (N’Krumah, 1967). Portanto,

A essência do neocolonialismo é que o Estado que está sujeito a ele é, teoricamente, independente e tem todas as aparências de soberania internacional. Na realidade, seu sistema econômico e, portanto, sua política é dirigida de fora (N’Krumah, 1967, introdução).

N’Krumah afirmava que o neocolonialismo, assim como o colonialismo, representa a exportação do conflito social dos países capitalistas ocidentais (N’Krumah, 1967). Nesses lugares, as demandas do estado de bem-estar social, com seus padrões de vida elevados para a classe trabalhadora, resultaram na transformação do conflito de classes dentro dos limites do Estado-nação em uma divisão internacional do trabalho (Young, 2016). Portanto, a análise de N’Krumah sobre o neocolonialismo revela como a dinâmica global de poder e exploração econômica se perpetua, transformando a independência formal das nações africanas em uma nova forma de dependência, onde a soberania é restringida pela influência e por controle externo (N’Krumah, 1967).

---

<sup>2</sup> O nome do livro refere-se a obra de Lenin “Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo” de 1917 (Chaves; Santos, 2020).

## 2.2 MECANISMOS DO NEOCOLONIALISMO

O neocolonialismo é um conceito teórico que evoca a persistência de dominação e exploração após a fase colonial e a concessão de independência pelos colonizadores. Portanto, em sua essência, emerge como a continuidade de práticas coloniais sob uma aparência de independência formal. Assim, perpetua-se por meio de diversas influências e mecanismos, sejam eles políticos, econômicos, sociais, militares ou culturais; além de cooptar as elites locais dos países explorados para atender aos interesses do capital estrangeiro em detrimento de políticas que favoreçam a população nacional (Langan, 2018).

### 2.2.1 Influência econômica

O modelo de exploração econômica do neocolonialismo decorre dos padrões de exploratórios estabelecidos no imperialismo, sendo assim, a compreensão daquele requer também o entendimento deste. Tendo isso em vista, o conceito de imperialismo, como descrito por John Hobson, revela-se um sistema de exploração econômica onde o centro metropolitano não apenas extrai recursos da periferia, como também a encoraja a consumir seus produtos manufaturados, criando um sistema de troca desigual e desbalanceado (Young, 2016). Dessa forma, os países desenvolvidos direcionam seus investimentos para setores-chave das economias menos desenvolvidas. Esse investimento, frequentemente acompanhado de imposições, permite que os países investidores exerçam controle significativo sobre as políticas econômicas das nações receptoras (N'Krumah, 1967).

N'Krumah, seguindo a perspectiva leninista, argumenta que

O resultado do neocolonialismo é que o capital estrangeiro é usado para a exploração, em vez do desenvolvimento das partes menos desenvolvidas do mundo. O investimento sob o neocolonialismo aumenta, em vez de diminuir, a lacuna entre os países ricos e pobres do mundo (N'Krumah, 1967, introdução).

Este padrão, que reflete um sistema de Estados-nação aparentemente autônomos, é, na verdade, um mecanismo pelo qual o capital internacional exerce controle imperialista (N'Krumah, 1967). O controle internacional é mantido por meio de estratégias econômicas, incluindo acesso ao capital e à tecnologia, sendo reforçado pela supervisão de organizações financeiras globais como a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial e o Fundo

Monetário Internacional. Quando necessário, este domínio econômico é complementado pela força militar (Young, 2016).

A exploração histórica de África pelas potências coloniais deixou o continente sem meios para se industrializar. O desenvolvimento econômico depende não só da disponibilidade de recursos naturais e do tamanho e população de um país, mas também do tamanho econômico, que tem em conta tanto a população como a renda *per capita*. Em muitos países africanos, a relação entre a renda e o tamanho da população apresenta valores extremamente baixos, proporcionando uma unidade econômica não maior do que uma empresa de média dimensão em um país capitalista ocidental, ou uma única empresa estatal em uma economia socialista europeia (N’Krumah, 1967; Langan, 2018).

Nesse contexto, N’Krumah elenca alguns mecanismos utilizados pelos imperialistas<sup>3</sup> para influenciar a economia dos países africanos. Através do controle dos recursos naturais, os países imperialistas continuaram a administrar os recursos naturais dos Estados recentemente independentes, muitas vezes através do estabelecimento de empresas multinacionais às quais foram concedidos direitos exclusivos para extrair e exportar esses recursos. Similarmente, o controle dos mercados resultou, para as nações africanas, uma inundação de importações baratas que minava a atividade industrial local e impedia o seu desenvolvimento. A concessão de empréstimos por parte dos países europeus aos novos Estados criou um ciclo de dívida que tornou estes dependentes da ajuda externa e impediu-os de investir no seu próprio desenvolvimento (N’Krumah, 1967).

Para ilustrar ainda mais a complexidade do neocolonialismo, é importante considerar que, “embora o objetivo dos neocolonialistas seja o domínio econômico, não limitam suas operações à esfera econômica. Utilizam os velhos métodos colonialistas da infiltração religiosa, educacional e cultural” (N’Krumah, 1967, p. 40). Essa abordagem multifacetada realça a extensão e a profundidade do impacto do neocolonialismo nas antigas colônias, abrangendo não apenas o aspecto econômico, mas, conjuntamente, influenciando profundamente aspectos culturais e políticos.

---

<sup>3</sup> Usualmente, os imperialistas são os países capitalistas centrais, no entanto, “é possível que o controle neocolonial seja exercido por um consórcio de interesses financeiros que não são especificamente identificáveis com qualquer Estado particular” (N’Krumah, 1967, introdução).

### 2.2.2 Influência cultural

O conceito de neocolonialismo é crucial para entender a dinâmica pós-colonial. Apesar do fato de que o termo enfatiza uma abordagem predominantemente econômica marxista dos sistemas pós-coloniais, este enfoque também permite que outros autores, como Ngũgĩ Wa Thiong'o, desenvolvam uma análise que destaque os efeitos culturais contínuos, como a dominação cultural (Young, 2016). Nesse sentido,

O controle total econômico e político é efetivamente facilitado pelo fator cultural. De qualquer forma, o controle econômico e político inevitavelmente leva à dominação cultural, e isso, por sua vez, aprofunda esse controle. A manutenção, gestão, manipulação e mobilização de todo o sistema de educação, língua e uso da língua, literatura, religião, mídia, sempre garantiram à nação opressora poder sobre a transmissão de uma certa ideologia, conjunto de valores, perspectiva, atitudes, sentimentos etc, e, conseqüentemente, poder sobre toda a área da consciência. Isso, por sua vez, leva ao controle da autoimagem individual e coletiva da nação e das classes dominadas, bem como à imagem delas das nações e classes dominantes (Ngũgĩ, 1993, p. 69, tradução própria<sup>4</sup>).

Além disso, o neocolonialismo provocou a continuação da subjugação cultural e a imposição de uma tradição cultural imperialista. Os regimes dos países africanos frequentemente se alinham com os interesses imperialistas, perpetuando práticas culturais que servem aos interesses das potências imperialistas (Ngũgĩ, 1993). Portanto, os países que já eram os colonizadores passam a influenciar de outras formas a cultura dos países recém-independentes, principalmente através do imperialismo cultural. Esta prática é uma forma de controle indireto e frequentemente perpetuado pela presença contínua de descendentes de colonos que se apresenta a partir da: manutenção de idiomas coloniais (inglês ou o francês) como línguas nacionais em detrimento das línguas locais; persistência de instituições educacionais, jurídicas e políticas ocidentalizadas estabelecidas durante o colonialismo que promovem valores e crenças dos países imperialistas; do controle dos meios de comunicação para difundir esses valores; e da propagação de crenças religiosas (N'Krumah, 1967; Young, 2016).

---

<sup>4</sup> No inglês: The entire economic and political control is effectively facilitated by the cultural factor. In any case, economic and political control inevitably leads to cultural dominance and this in turn deepens that control. The maintenance, management, manipulation, and mobilisation of the entire system of education, language and language use, literature, religion, the media, have always ensured for the oppressor nation power over the transmission of a certain ideology, set of values, outlook, attitudes, feelings etc, and hence power over the whole area of consciousness. This in turn leads to the control of the individual and collective self-image of the dominated nation and classes as well as their image of the dominating nations and classes (Ngũgĩ, 1993, p. 69).

Durante o período colonial, as línguas africanas foram suprimidas em detrimento da promoção de línguas europeias, que se tornaram veículos inevitáveis da autodefinição dos povos africanos (Ngũgĩ, 1993). A adoção das línguas europeias como línguas oficiais de diversos países africanos

Resultou em uma enorme contradição. Estas línguas podem ser as línguas oficiais na África hoje, mas não são as línguas da maioria das pessoas que habitam a África. A vasta maioria em cada nacionalidade — isto é, os camponeses e os trabalhadores — ainda utilizam suas próprias línguas. No entanto, os escritores africanos sentem-se compelidos a escrever em línguas europeias sobre os camponeses e trabalhadores africanos (Ngũgĩ, 1993, p. 102, tradução própria<sup>5</sup>).

Essa subjugação cultural não apenas destruiu línguas, mas também história, danças, educação, religiões e outras instituições sociais, fundamentais para a autoconcepção africana. Assim, o neocolonialismo exerce uma influência profunda na cultura dos países africanos, moldando as práticas linguísticas, a expressão artística e a paisagem cultural mais ampla. O legado da hegemonia cultural colonial continua a interagir com as dinâmicas de poder contemporâneas, colocando desafios à autonomia cultural e à autodefinição em face da influência neocolonial (Ngũgĩ, 1993).

### **2.2.3 Intervenção política e militar**

As intervenções políticas e militares no contexto neocolonial são ferramentas complexas utilizadas por potências dominantes para manter o controle sobre Estados nominalmente independentes. Essas intervenções manifestam-se através da influência nas políticas governamentais, instalação de líderes alinhados com os interesses das potências e manipulação dos processos de tomada de decisão. Além disso, frequentemente, são realizadas por meios econômicos ou monetários, como a obrigação de adquirir produtos manufaturados específicos em conjunto com a exclusão de outros concorrentes de mercado (N’Krumah, 1967).

Adicionalmente, a intervenção política pode envolver assistência financeira direta para cobrir os custos de funcionamento do Estado e pela interferência na definição de funcionários que irão ocupar posições estratégicas na administração pública e do controle monetário por meio de

---

<sup>5</sup> No inglês: This has resulted in an enormous contradiction. These languages may be the official languages in Africa today but they are not the languages of the majority of people inhabiting Africa. The vast majority in each nationality - that is, the peasants and the workers - still use their own languages. Yet, African writers feel it necessary and natural to write in European languages about African peasants and workers (Ngũgĩ, 1993, p. 102).

um sistema bancário dominado pelo poder imperial. Em situações extremas, pode haver a presença de tropas estrangeiras para controlar diretamente o governo de um Estado neocolonial. Nesses casos, a presença de bases militares estrangeiras frequentemente provoca hostilidade popular. Essas bases são vistas como uma imposição direta sobre a soberania nacional, sofrendo grande resistência, e, por isso, essa estratégia deixou de ser viável em várias regiões desde o processo de descolonização (N’Krumah, 1967, Langan, 2018).

É importante notar que as intervenções não são simples imposições de vontade, mas interações complexas entre potências externas e sociedades locais. Essas intervenções variam conforme os interesses das potências estrangeiras e os contextos regionais e nacionais. Até mesmo porque intervenções agressivas podem ser contraproducentes, gerando sentimentos anti estrangeiro e aprofundando a insegurança regional (Schmidt, 2013).

Dessa forma, N’Krumah argumenta que:

A ajuda militar na realidade marca o último estágio do neocolonialismo e seu efeito é autodestruidor. Mais cedo ou mais tarde, as armas fornecidas passam às mãos dos oponentes do regime neocolonialista e a própria guerra agrava a miséria social que a provocou originalmente (N’Krumah, 1967, introdução).

A história política da África, marcada por esta alta incidência de golpes militares, reflete um legado contínuo de instabilidade e influência externa. Entre 1950 e 2023, 221 golpes e tentativas de golpe foram realizadas no continente<sup>6</sup>, refletindo uma continuidade de intervenção e manipulação externa. O destino de figuras políticas anti-ocidentais, especialmente no contexto da Guerra Fria, é mais um exemplo de como atividades que desafiam o *status quo* ocidental podem levar a consequências severas (Rahaman; Yeazdani; Mahmud, 2017).

As intervenções políticas e militares no neocolonialismo, portanto, revelam um padrão de influência e manipulação contínua por potências externas, mesmo após a obtenção formal de independência. A necessidade de unidade política e econômica e o legado da Guerra Fria são componentes cruciais para entender a dinâmica complexa e frequentemente turbulenta da política africana moderna.

---

<sup>6</sup> Fonte: Powell and Thyne, Cline Center na Universidade de Illinois, VOA News, Statista research, disponível em: <https://www.statista.com/chart/30532/number-of-coups-per-year-in-africa/>

#### **2.2.4 Relações diplomáticas assimétricas**

As relações diplomáticas desiguais desempenham um papel crucial na perpetuação do neocolonialismo no cenário mundial contemporâneo. Essas relações são caracterizadas por um desequilíbrio de poder, onde nações mais poderosas exercem influência desproporcional sobre nações mais fracas, muitas vezes aquelas que já foram suas colônias. Essa dinâmica manifesta-se de várias formas, incluindo acordos comerciais desfavoráveis e imposições políticas que ocasionam dependência econômica (N'Krumah, 1967).

Na maioria dos casos, os acordos comerciais e econômicos entre nações poderosas e menos poderosas favorecem os interesses das primeiras. Isso é evidente em tratados comerciais, nos quais as nações mais fracas são pressionadas a abrir seus mercados para produtos estrangeiros, enquanto enfrentam barreiras significativas para acessar os mercados das nações mais ricas. Este tipo de prática apresenta-se como uma grande barreira ao desenvolvimento econômico independente das nações mais fracas, mantendo-as em situação de dependência (Womack, 2016; Langan, 2018).

Além disso, as relações diplomáticas frequentemente refletem e reforçam desequilíbrios de poder político. Nações poderosas podem influenciar ou até ditar políticas internas e externas de nações mais fracas através de meios diplomáticos, como embaixadas, encontros de cúpula e fóruns internacionais. Essa influência é muitas vezes exercida sob o pretexto de acordos de cooperação internacional ou assistências unilaterais, contudo pode resultar na perda de autonomia política para os países menos poderosos. Embora a ajuda humanitária possa ser apresentada como assistência genuína, está frequentemente vinculada a interesses que servem às agendas econômicas e políticas das potências intervenientes. A cooperação amigável e a assistência nos domínios educativo, cultural e social visam subverter os padrões desejáveis de progresso local em prol dos objetivos imperialistas dos monopolistas financeiros. Ou seja, a ajuda humanitária é utilizada como uma ferramenta para promover os interesses dos países doadores, em vez de responder genuinamente às necessidades das nações receptoras (N'Krumah, 1967).

A dependência econômica é outra consequência dessas relações desiguais. Países com baixos níveis de desenvolvimento econômico muitas vezes encontram-se dependentes de ajuda financeira, investimentos ou empréstimos de nações mais ricas. Embora esses recursos possam parecer benéficos a curto prazo, tal dependência pode levar a uma forma de neocolonialismo na

qual o controle sobre os recursos e as decisões políticas permanece, em grande parte, nas mãos das nações mais poderosas (Womack, 2016).

Finalmente, as relações diplomáticas desiguais frequentemente perpetuam estereótipos culturais e concepções errôneas, em que nações economicamente subdesenvolvidas são vistas inferiorizadamente e sendo classificadas como nações sujeitas a intervenções neocoloniais. Portanto, as relações diplomáticas desiguais são um componente fundamental na manutenção do neocolonialismo, perpetuando desequilíbrios econômicos e políticos, reforçando a dependência e a subordinação de diversos povos.

### **2.2.5 Cooptação da elite**

O neocolonialismo parte do pressuposto que o Estado que está sujeito a ele é independente na teoria, contudo, sua estrutura político-econômica é administrada do exterior (N’Krumah, 1967). Neste contexto, as ideias desenvolvidas por N’Krumah confluem com os conceitos elaborados por Antonio Gramsci no que tange à transição das sociedades política e civil, e a evolução de um domínio exercido pela força militar para um regime no qual a coerção física torna-se menos central (Young, 2016). A descolonização africana representou não apenas a transferência de poder político, mas, em conjunto, a emergência de uma nova ordem social e cultural, na qual a elite local recém-formada desempenhou um papel crucial (Langan, 2018). Esta elite, emergindo durante o período colonial e solidificando-se após a independência, exerce uma função importante na manutenção de estruturas e relações de poder que perpetuam a dependência neocolonial (Chazan *et al.*, 1999).

A falsa autonomia das antigas colônias e sua suposta independência exercida pela burguesia local é exemplificada por N’Krumah no caso da Rodésia:

O sistema rodesiano tem assim todas as características do modelo neocolonialista. A potência senhorial, Grã-Bretanha, cede a um governo local, sobre o qual diz não ter controle, poderes ilimitados e exploração ilimitada dentro do território. No entanto, a Grã-Bretanha conserva ainda poderes para excluir outras nações de intervir, seja para liberar sua população africana ou para levar a sua economia para outra zona de influência. As manobras a respeito da "independência" da Rodésia são um excelente exemplo das atividades do neocolonialismo e das dificuldades práticas a que o sistema dá azo. Um a minoria europeia de menos de um quarto de milhão de pessoas não poderia manter, nas condições atuais da África, o domínio sobre quatro milhões de africanos sem apoio externo de alguma parte, quando os colonizadores falam em "independência" não estão pensando em se firmar sobre os próprios pés, mas simplesmente como procurar um

novo senhor neocolonial que pudesse, do ponto de vista deles, merecer mais confiança do que a Grã-Bretanha (N'Krumah, 1965, p. 25).

Durante o colonialismo, as potências europeias estabeleceram sistemas educacionais seletivos e exclusivos, criando uma camada de africanos educados segundo padrões ocidentais. Estes indivíduos foram preparados para facilitar a administração colonial e, com o advento da independência, assumiram posições-chave nas nações recém-formadas. Grupos de elite, ligados por status de renda e estilo de vida, eram compostos por indivíduos com acesso à educação, aparato estatal e riqueza. Esses membros viviam em áreas abastadas, enviavam seus filhos para escolas de prestígio e mantinham um alto padrão de vida por meio da ação política (Chazan *et al.*, 1999).

Ao substituir os colonizadores, essa elite não apenas assumiu o controle político, mas também adotou e perpetuou muitos dos valores e práticas econômicas introduzidos durante o período colonial (Chazan *et al.*, 1999), refletindo a noção gramsciana de hegemonia, onde o domínio é mantido mais por consenso cultural e ideológico do que por força bruta (Young, 2016). A elite africana, portanto, consolidou sua posição não apenas através de mecanismos políticos e econômicos, como também moldando e influenciando a cultura e a ideologia da sociedade pós-colonial. Este cenário levou ao desenvolvimento de formas de governo neopatrimoniais, em que a elite exercia o controle sem a presença de contrapesos democráticos. Assim, a aristocracia local, muitas vezes carecendo de uma base de autoridade legítima e amplamente apoiada, manteve-se no poder mais pela sua posição nas novas estruturas políticas do que por um consenso popular genuíno (Chazan *et al.*, 1999; Langan, 2018).

A elite africana, ao adotar e perpetuar práticas econômicas do período colonial, manteve laços estreitos com poderes externos e interesses de capital internacional (Langan, 2018). Este alinhamento muitas vezes prioriza relações externas em detrimento do desenvolvimento autônomo e centrado nas necessidades locais. As elites constituíam o que pode ser descrito como a classe dominante ou burguesia gerencial, com seus interesses fortemente representados no aparato estatal (Chazan *et al.*, 1999).

Nas primeiras décadas da independência, a cultura da elite girava em torno da educação, do poder estatal e da riqueza pessoal, muitas vezes influenciada por parentesco e afinidade étnica. Essas elites nutriam uma visão extrativa da política e estabeleciam normas de comportamento público e interação social que frequentemente aumentavam seu próprio status e riqueza. Esta continuidade de estruturas e relações de poder neocoloniais resultou em uma sociedade onde a

maioria permanecia marginalizada e desprovida de verdadeira autonomia ou poder de decisão. A elite africana, ao perpetuar essas estruturas, não apenas emergiu do legado do colonialismo, mas também contribuiu significativamente para a manutenção de formas de dependência análogas ao colonialismo (Catsossa, 2021).

### 3 A POLÍTICA COLONIAL BRITÂNICA NA ÁFRICA

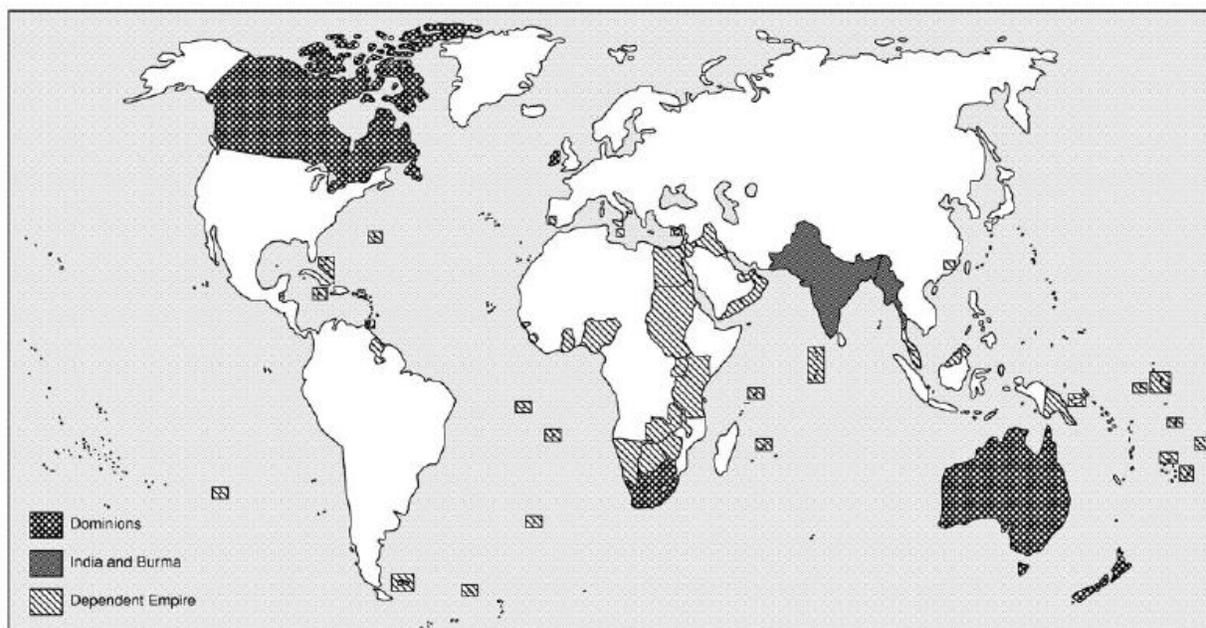
O presente capítulo tem o objetivo de analisar a política colonial da Grã-Bretanha no continente africano por meio do processo de colonização no final do século XIX e dos mecanismos de governança britânica na África até o processo de descolonização pós-Segunda Guerra Mundial. Deste modo, é analisado as particularidades da política colonial inglesa desde a Conferência de Berlim e da formalização das colônias britânicas, explorando como a colonização por meio do governo indireto e a formação do Commonwealth moldaram a estrutura política e social das colônias africanas. Além disso, o capítulo analisa a exploração de recursos naturais, destacando o papel da instrumentalização da África na manutenção do poder britânico. Por fim, é abordado o processo de descolonização, evidenciando a política da metrópole em relação aos processos de independência, a tentativa da formação de uma zona esterlina e as consequências para as ex-colônias.

#### 3.1 O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO BRITÂNICA NA ÁFRICA

Na história contemporânea mundial, o Império Britânico destaca-se como um grande marco de influência e poder. O Império Britânico, em seu auge no século XX, emergiu não apenas como o maior império na história da humanidade, mas também como uma força global que moldou decisivamente o curso dos assuntos mundiais (Dalziel, 2006). Alcançou mais de 35 milhões de quilômetros quadrados sob seu domínio, abrangendo cerca de um quarto do globo terrestre e governando mais de 20% da população mundial (Figura 1). Os britânicos constituíram domínios, colônias, protetorados e mandatos em continentes como: África, Ásia, América e Oceania. Por essa razão, a frase “o império no qual o sol nunca se põe<sup>1</sup>” tornou-se popular durante o século XIX para descrevê-los, devido à sua vastidão e alcance global (Misachi, 2018).

---

<sup>1</sup> No castelhano “el imperio donde nunca se pone el sol” usado pela primeira vez para descrever o Império Habsburgo de Carlos V, mas, durante o século XIX e início do século XX, passou a ser utilizado para retratar a magnitude do Império Britânico (Misachi, 2018).

**Figura 1** - Mapa do Império Britânico em 1921

Fonte: Porter, 1999.

“Na longa história dos impérios, o imperialismo britânico foi único. Ele se destacou tanto em sua extensão quanto em sua diversidade, exemplificando todas as muitas maneiras pelas quais os impérios se desenvolveram nos tempos modernos” (Dalziel, 2006, p. 8, tradução própria<sup>2</sup>). Além de ser uma potência dominante em termos políticos e econômicos, o Império Britânico teve um papel crucial na disseminação da língua inglesa, dos sistemas jurídicos e de vários aspectos da cultura britânica, exercendo uma influência que tem um papel significativo na constituição da cultura de diversos países do mundo (Porter, 1999). Assim, o Império Britânico moldou o mundo moderno de inúmeras maneiras, deixando um legado de mudanças políticas e sociais profundas nas regiões que colonizou (Dalziel, 2006).

O início do século XIX testemunhou uma expansão significativa do Império, com a consolidação do poder na Índia, o assentamento na Austrália e a exploração e colonização da África. Ademais, o contexto histórico internacional foi marcado pelas Guerras Napoleônicas e pela remodelação das potências europeias. Neste cenário, o Império Britânico, alavancando a sua supremacia naval e os seus recursos coloniais, emergiu como uma potência global incontestável. A derrota de Napoleão, em 1815, propiciou um aumento da dominância global da Grã-Bretanha,

<sup>2</sup> No inglês: In the long history of empires, British imperialism was unique. It was striking both in its extent and in its diversity, exemplifying all the many ways in which empires have developed in modern times (Dalziel, 2006, p. 8).

permitindo-lhe controlar rotas marítimas-chaves e expandir suas redes de comércio, marcando o período da Pax Britânica (Burroughs, 1999a).

A hegemonia naval, o poder econômico e o alcance britânico já garantiam a eles a dominância de um império, mesmo que isso ainda não estivesse constituído por vias formais no início do século XIX (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2014). Essa influência foi particularmente notável em regiões como América Latina, Oriente Médio e China, onde as negociações e o comércio com os britânicos eram bastante significativos. Durante este período, o sistema econômico britânico refletia uma expansividade impulsionada pelo crescimento populacional, desenvolvimento industrial e financeiro, avanços tecnológicos e acumulação de conhecimento científico — características que marcaram a Segunda Revolução Industrial (Kubicek, 1999). Neste contexto, havia uma significativa liderança britânica sobre os outros países europeus, embora, no final do século XIX, essa hegemonia começou a diminuir.

A emergência da II Revolução Industrial, a ascensão de potências industriais desafiadoras (tanto europeias quanto não europeias, como os Estados Unidos e o Japão) e a Grande Depressão iniciada em 1873 sinalizavam o desgaste da hegemonia inglesa. Frente a rivais mais dinâmicos em termos produtivos e comerciais, Londres passou, gradativamente, a reativar antigos mecanismos colonialistas e protecionistas (Visentini, 2012, p. 49).

Este período de transição e mudanças<sup>3</sup> gerou instabilidade e transformação em todo o planeta, isso associado à luta da Inglaterra contra o tráfico de escravos, determinou um novo tipo de ocupação europeia no litoral africano, com a criação de bases navais para a repressão ao tráfico negreiro e áreas para devolução de ex-escravos. Os Estados litorâneos da África, que lucravam com a exportação de escravos, passaram a exportar matérias-primas e insumos (óleo de palma, amendoim, algodão, ouro e marfim) como alternativa, levando ao surgimento de novas modalidades de comércio livre e intensificando a atividade mercantil (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2014).

Como consequência, aumentaram-se as disputas pelo controle de áreas de produção e escoamento. Os britânicos enfrentaram desafios significativos para ampliar sua esfera de influência na África, especialmente no oeste e no leste, uma vez que encontraram resistência dos povos locais, que buscavam manter sua autonomia e o controle da produção e dos ganhos (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2014). Por essa razão, as estratégias inglesas nem sempre foram bem

---

<sup>3</sup> O século anterior foi marcado por diversas revoluções, como a Revolução Francesa, a Revolução Industrial, a Revolução Inglesa, etc. Todas elas foram, na verdade, uma revolução sistêmica originada pelos países centrais fruto do desenvolvimento do capitalismo (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2014).

sucedidas. No Congo, por exemplo, a abordagem bilateral da Grã-Bretanha para resolver o problema do acesso internacional foi superada pela diplomacia mais intrincada de outras potências europeias<sup>4</sup> (Porter, 1999).

Além disso, os britânicos também envolveram-se em várias campanhas militares em toda a África, confrontando grupos diversos como os Asante, Zulu, Bôeres e Matabele. Apesar de sua superioridade tecnológica e tática, essas campanhas colocaram uma tensão significativa nos recursos militares e na mão de obra britânica. Os desafios desses conflitos com a população autóctone, bem como as dificuldades ambientais, trouxeram à tona as complexidades de manter um império. Apesar desses erros táticos, os objetivos britânicos na África permaneceram focados na defesa de seus interesses comerciais preeminentes, muitas vezes usando substitutos ou exercendo controle formal por meio de jurisdição estendida (Burroughs, 1999b).

A política britânica entre 1815 e 1880 foi caracterizada por intervenções frequentes para apoiar interesses políticos e econômicos. A noção de “melhoramento do mundo” estava entrelaçada com benefícios econômicos, com ênfase no livre comércio e na abertura de regiões ao comércio e investimento externo (Burroughs, 1999a). A ideologia adotada para justificar o imperialismo britânico estava intrinsecamente conectada a crença da supremacia branca, que era explicada tanto por vias religiosas, quanto pelo meio científico. Isso fica claro nos escritos do colonizador britânico Cecil Rhodes, que via a sua dedicação à conquista de terras na África como uma causa além de si e acreditava na existência de uma desigualdade natural dos homens (Walker, 2016). Assim, acreditava que:

se Deus existe, acho que o que Ele gostaria que eu fizesse é pintar de vermelho a maior parte possível do mapa da África britânica e fazer o que puder em outros lugares para promover a unidade e ampliar a influência da raça de língua inglesa (Walker, 2016, p. 11, tradução própria<sup>5</sup>).

Apesar das justificativas ideológicas, essas intervenções tinham por objetivo promover o comércio e investimento britânicos, expandindo assim a sua esfera de influência, em busca de

---

<sup>4</sup> Este episódio no Congo ilustra a dinâmica mutável da competição imperial e as limitações da influência britânica quando confrontada com as estratégias de outras potências europeias, particularmente no complexo cenário geopolítico de África durante a sua partilha. Os britânicos, a fim de resolver a questão do acesso internacional ao Congo, seguiram uma abordagem bilateral. No entanto, isso deixou espaço para o rei Leopoldo II da Bélgica envolver-se em uma diplomacia complexa com o reconhecimento da França e do chanceler alemão Otto von Bismarck. A resolução dessa disputa foi um dos objetivos da Conferência de Berlim (Porter, 1999).

<sup>5</sup> No inglês: if there be a God, I think what He would like me to do is to paint as much of the map of Africa British red as possible and to do what I can elsewhere to promote the unity and extend the influence of the English-speaking race (Walker, 2016, p. 11).

defender sua posição dominante no comércio local. Isso também incluiu o envio de comissários itinerantes, o estabelecimento de autoridade consular e o aproveitamento da dominação comercial e política de entidades como a Royal Niger Company<sup>6</sup>. Essa abordagem fazia parte da estratégia mais ampla da Grã-Bretanha na fase inicial da “Corrida pela África”. Todavia, o final do século XIX marcou uma mudança na política britânica, à medida que os *policymakers* moviam-se rapidamente para assegurar os interesses britânicos no continente (Burroughs, 1999a).

Analisando de forma sistêmica o desenvolvimento do sistema colonial no final do século XIX, ele foi uma consequência da transição para um capitalismo de forma monopolista ou imperialista (Woddis, 1967). Para além,

É importante ressaltar que o imperialismo europeu, responsável por esse processo, representava a resposta defensiva a uma crise internacional que se esboçava: o declínio da Pax Britânica e de seu sistema liberal e o “Império Informal” (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2014, p. 56).

### **3.1.1 A Conferência de Berlim e a formalização das colônias britânicas na África**

A Conferência de Berlim surgiu como um evento crítico, que remodelou fundamentalmente o continente africano. Ela começou em novembro de 1884 com o propósito de “regulamentar a liberdade do comércio nas bacias do Congo e do Níger, assim como novas ocupações de territórios sobre a costa ocidental da África” (Conferência de Berlim, 1885). O Reino Unido esteve profundamente envolvido nos eventos que antecederam e durante o evento, dessa forma, manteve uma forte posição como uma potência dominante na região (Newbury, 1999).

Os resultados da Conferência de Berlim tiveram implicações significativas para a Grã-Bretanha e as outras potências europeias envolvidas. A conferência estabeleceu regras para a aquisição de territórios africanos, formalizando o processo de colonização europeia. Para os ingleses, isso significou aderir a novas regulamentações que ditavam a maneira como as reivindicações territoriais poderiam ser legitimadas. As resoluções da conferência, portanto,

---

<sup>6</sup> A Royal Niger Company foi uma empresa britânica fundada em 1886 que desempenhou um papel fundamental na expansão imperial britânica na África Ocidental ao longo do rio Níger durante o século XIX. Ela operava com relativa autonomia e possuía autoridade para se envolver no comércio, negociar tratados e manter as suas próprias forças militares, servindo assim aos interesses governamentais britânicos na região indiretamente (Burroughs, 1999a).

tiveram um impacto considerável na política colonial britânica na África (Newbury, 1999).

Portanto,

Tendo o Congresso de Berlim estabelecido as regras para a partilha da África e reconhecido a supremacia das potências europeias, cabia realizar ajustes das fronteiras litorâneas e a incorporação do interior do continente. Diplomacia e armas modernas seriam utilizadas. A primeira, para as relações entre os europeus; as segundas, para as relações com os africanos (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2014, p. 65).

Na África Ocidental, a conferência reconheceu a influência inglesa na área do rio Níger, o que lançou as bases para o estabelecimento da colônia da Nigéria. Esta região era particularmente importante devido aos seus ricos recursos e localização estratégica. Além da Gâmbia e Costa do Ouro<sup>7</sup>, que já eram colônias inglesas, também foi estabelecido o Protetorado da Serra Leoa. Na África Austral, as reivindicações britânicas foram reconhecidas sobre vários territórios, incluindo partes do que se tornaria a Rodésia<sup>8</sup>, bem como os protetorados de Bechuanalândia<sup>9</sup>, Basutolândia<sup>10</sup> e Suazilândia<sup>11</sup>. Esses lugares eram pontos estratégicos de controle sobre a África Austral, uma vez que possuíam uma enorme riqueza mineral e serviam como zonas tampão contra a expansão Boer (Burroughs, 1999a).

Na África Oriental, a Grã-Bretanha garantiu o controle sobre territórios que formariam mais tarde o Protetorado Britânico da África Oriental<sup>12</sup>. Esta área era chave por seu acesso ao Oceano Índico e seu potencial para desenvolvimento agrícola. Na África Central, foi estabelecido o Protetorado Britânico da África Central<sup>13</sup>, que posteriormente foi renomeado para Niassalândia em 1907. Além disso, o controle britânico sobre a Somalilândia Britânica<sup>14</sup>, no Chifre da África, também foi reconhecido. Esta área era importante por sua posição perto do Mar Vermelho e do Golfo de Aden, rotas marítimas chave para o Oceano Índico. Embora a conferência não tenha abordado diretamente a posição da Grã-Bretanha no Egito e no Sudão, os resultados apoiaram indiretamente o controle britânico nessas regiões, onde tinha interesses políticos e econômicos significativos, especialmente no Canal de Suez (Burroughs, 1999a).

---

<sup>7</sup> Atual Gana.

<sup>8</sup> Atual Zimbábue e Zâmbia.

<sup>9</sup> Atual Botsuana.

<sup>10</sup> Atual Lesoto.

<sup>11</sup> Atual Essuatíni.

<sup>12</sup> Atual Quênia e partes de Uganda.

<sup>13</sup> Atual Malawi.

<sup>14</sup> Atual Somália.

Uma tendência significativa desse período foi a mudança do controle privado para o governamental na governança imperial. Inicialmente, a partição da África foi em grande parte deixada para empresas privadas. No entanto, na década de 1890, o governo britânico interveio cada vez mais, assumindo responsabilidades dessas empresas (Fox, 2023). Isso levou ao estabelecimento de novos protetorados e colônias, como o Protetorado da África Oriental e a Nigéria, marcando uma mudança no modo do imperialismo britânico (Burroughs, 1999a).

A Primeira Guerra Mundial trouxe uma nova dimensão à administração britânica no continente, centrando-se principalmente na utilização das colônias africanas para a mobilização militar e de recursos. A África Oriental, principalmente, tornou-se em campos de batalha contra as forças coloniais alemãs, com as tropas coloniais a serem amplamente utilizadas em campanhas como a Campanha da África Oriental. Dessa maneira,

A Primeira Guerra Mundial teve importante impacto na África. Como a marinha britânica bloqueou a frota alemã no Mar do Norte e impediu o acesso da Alemanha às suas colônias, elas foram conquistadas com relativa facilidade – o Togo ainda em 1914, o sudoeste africano em 1915 (onde contaram com o apoio de voluntários boers ressentidos com os ingleses), e os Camarões em 1916 (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2014, p. 67).

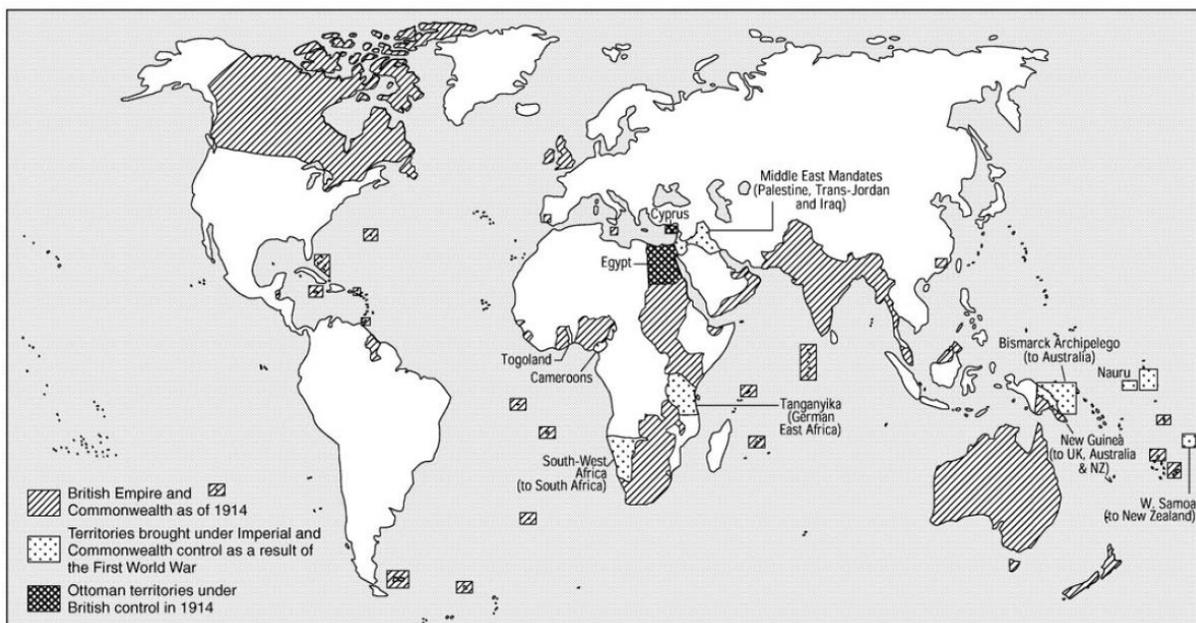
No período do pós-guerra houve a redistribuição das antigas colônias alemãs ao abrigo dos mandatos da Liga das Nações. A Grã-Bretanha ganhou o controle dos territórios da Tanganica<sup>15</sup> e parte de Camarões, dividido com os franceses, administrando-os de forma semelhante às outras colônias, todavia sob o pretexto de supervisão internacional (Dalziel, 2006). Ademais, a União da África do Sul, membro da Commonwealth britânica, ficou responsável pela administração do Sudoeste Africano<sup>16</sup> (Figura 2). Portanto, a Conferência de Berlim, a Primeira Guerra Mundial e os eventos que se seguiram não apenas redefiniram o mapa geopolítico da África, mas também consolidaram a influência britânica no continente, marcando uma era de domínio imperial e reconfiguração territorial que teve repercussões duradouras, tanto para as nações africanas quanto para o equilíbrio de poder global (Louis, 2004a).

---

<sup>15</sup> Atual Tanzânia.

<sup>16</sup> Atual Namíbia.

**Figura 2 - Expansão do Império Britânico na Primeira Guerra Mundial**



Fonte: Brown; Louis, 2004.

### 3.1.2 Mecanismos de governança britânica na África: o governo indireto

A partir da partilha da África, foram estabelecidas duas formas principais de dominação colonial: colônias e protetorados. As colônias eram áreas conquistadas diretamente administradas pelo império, onde a metrópole tinha liberdade para reestruturações territoriais. O controle era exercido por autoridades metropolitanas, com o apoio de forças militares e policiais locais, muitas vezes compostas por tropas de etnias diferentes ou por escravos e ex-escravos (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2014).

Os protetorados, por outro lado, eram estabelecidos por meio de acordos formais com Estados africanos já existentes, muitas vezes como uma resposta às ameaças de conquista ou influência de outras potências europeias. Embora mantivessem suas estruturas políticas, sociais e econômicas, na prática, a dominação era exercida por residentes e conselheiros europeus que assumiam funções de governantes. Nestes acordos, a soberania diplomática era transferida para o império protetor, e as forças militares locais eram extintas ou subordinadas à metrópole (Visentini, 2012).

Os britânicos utilizavam essas duas formas de dominação colonial e, a partir do fim da Primeira Guerra Mundial, fizeram ajustamentos para melhor integrar as colônias no Império,

embora essas mudanças tivessem como principal objetivo aumentar a exploração colonial e não responder às necessidades das populações africanas (Fox, 2023). Assim, tornaram-se claro os mecanismos utilizados pela Inglaterra para garantir a governança dos seus territórios no continente africano. Um aspecto fundamental da administração colonial britânica foi o governo indireto, que reduzia custos administrativos e minimizava os confrontos diretos, sendo uma escolha estratégica para manter o controle e, ao mesmo tempo, concentrar-se no esforço de guerra (Louis, 2004a; Cell, 2004). A princípio, essa estratégia emergiu em parte devido à falta de soldados e administradores britânicos para governar diretamente grandes regiões coloniais, uma vez que “desde o início, houve escassez e economia na política colonial britânica” (Wallerstein, 2005, p. 64, tradução própria<sup>17</sup>).

Este método consistia em governar através de chefes locais que administravam a lei tradicional, cobravam impostos e tornavam os distritos jurídica e financeiramente autossuficientes, como parte de uma estratégia de desenvolvimento econômico e integração na economia mundial, que misturava tutela e desenvolvimento (Hyam, 2004). A política colonial britânica enfatizava um enfoque econômico, justificando frequentemente a aquisição de novas colônias com base em seu potencial retorno econômico. No entanto, essa abordagem econômica muitas vezes exigia o autofinanciamento das colônias, o que, por vezes, dificultava o financiamento de obras públicas básicas pelas administrações coloniais. Essa filosofia colonial refletia diferentes aspectos do caráter nacional e histórico das potências coloniais, demonstrando o compromisso britânico com a eficiência administrativa voltado à exploração econômica em suas colônias africanas (Wallerstein, 2005).

Assim, eram utilizadas as estruturas e tradições existentes na região para definição de regras e regulamentos, enquanto esses fossem de encontro com os interesses da metrópole. Apesar da manutenção parcial de sua soberania, qualquer tentativa de romper os acordos poderia levar à conquista militar ou à substituição das autoridades locais. A permanência como protetorado dependia da subordinação contínua aos interesses metropolitanos (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2014), isso permitia que os poderes dos governantes tradicionais nas colônias permanecessem, em grande parte, intactos e em conformidade com o governo imperial. Em contextos em que não existia uma estrutura claramente hierárquica, era definido uma pessoa para

---

<sup>17</sup> No inglês: From the beginning, there was a sparseness and economy about British colonial policy (Wallerstein, 2005, p. 64).

agir como “chefe”, criando situações em que, muitas vezes, eram enfatizadas as distinções raciais, sociais ou educacionais. Esta abordagem contrastava com o domínio direto exercido pelos franceses, que optaram por um modelo administrativo comparativamente centralizado. Nesse sistema, os funcionários europeus tomavam as decisões, estabelecendo e administrando as regras e os regulamentos para as colônias africanas (Müller-Crepon, 2020).

Portanto, no governo indireto

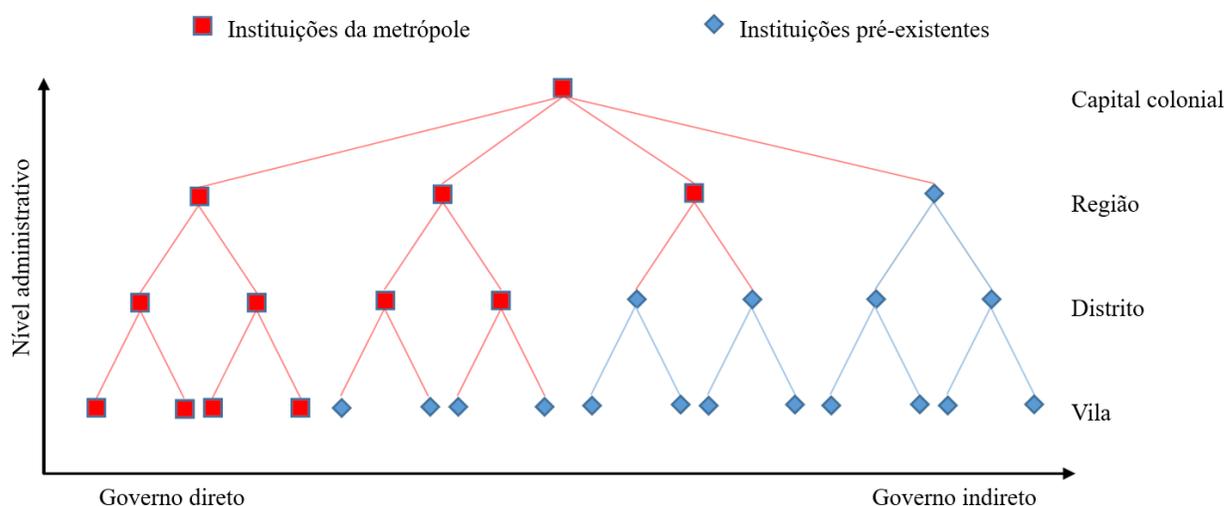
A autoridade colonial possui poderes dominantes, mas são desenvolvidos na província do império organismos intermediários para aconselhar e, posteriormente, legislar. Tais conselhos envolviam, ao longo do período, uma série de organismos designados. Quando havia eleições, sempre a maioria era constituída por funcionários e colonos. Neste caso, a relação direta com a população se dava por meio de chefes nativos subsidiados pelo império, que permaneciam com alguns direitos tradicionais. No entanto, o desrespeito às determinações da autoridade leva à sua substituição por elementos mais dóceis (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2014, p. 71-72).

A atuação por meio do governo indireto em suas colônias vinha de encontro com o pragmatismo colonial britânico. Isso possibilitou que houvesse adaptação imediata na estrutura de cada colônia, tornando mais eficiente a subordinação às necessidades da administração colonial (Lonsdale, 2004; Marks, 2004). Apesar de o governo indireto ter sido uma característica marcante associada aos britânicos, em algumas colônias, a administração ocorria de forma mais direta. A escolha entre governo indireto e direto dependia dos interesses britânicos na região e das características particulares de cada área antes da colonização, incluindo o grau de hierarquização das instituições preexistentes. Dessa forma, “[...] a centralização pré-colonial era um pré-requisito crucial para o governo indireto. [...] os colonizadores britânicos empregaram menos esforço administrativo e delegaram mais poder às autoridades nativas onde existiam instituições centralizadas” (Müller-Crepon, 2020, p. 707, tradução própria<sup>18</sup>), como é possível ver na Figura 3. Isso resultava em variações no grau de administração de cada colônia, que poderia também mudar ao longo do tempo (Müller-Crepon, 2020).

---

<sup>18</sup> No inglês: “[...] precolonial centralization was a crucial prerequisite for indirect rule. [...] British colonizers employed less administrative effort and devolved more power to native authorities where centralized institutions existed (Müller-Crepon, 2020, p. 707).

**Figura 3 - Conceitualização do governo indireto**



Fonte: traduzido de Müller-Crepon, 2020.

### 3.1.3 The British Commonwealth of Nations

A história do colonialismo britânico na África é marcada por um elemento de paternalismo, que se manifestou de formas diversas (Wallerstein, 2005). Um aspecto relevante desse processo é a formação da British Commonwealth e o desenvolvimento do conceito de “Domínio” dentro do Império Britânico. Em 1867, o Canadá foi a primeira colônia britânica a ser transformada em domínio, constituindo assim um país autônomo do Império Britânico. Com essas mudanças no império, um político inglês cunhou o termo “Commonwealth of Nations”<sup>19</sup> para descrevê-lo (COMMONWEALTH SECRETARIAT, [s.d.]).

Na Declaração Balfour de 1926, estabelecida na Conferência Imperial, os domínios foram reconhecidos como

[...] comunidades autônomas dentro do Império Britânico, iguais em status, de forma alguma subordinadas umas às outras em qualquer aspecto de seus assuntos internos ou externos, embora unidas por uma lealdade comum à Coroa e livremente associadas como

<sup>19</sup> Traduz-se para Comunidade das Nações.

membros da Comunidade Britânica de Nações (Declaração de Balfour, 1926, p. 3, tradução própria<sup>20</sup>).

Assim, o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia, a Terra Nova, a África do Sul e o Estado Livre Irlandês receberam o status de comunidades autônomas. Após a Primeira Guerra Mundial, os domínios começaram a redefinir seu relacionamento constitucional com a Grã-Bretanha, culminando no Estatuto de Westminster de 1931, uma lei do Parlamento do Reino Unido que estabeleceu a base para o relacionamento entre os reinos da Commonwealth e a Coroa (Srinivasan, 2005). Posteriormente, a Índia, o Paquistão e o Ceilão<sup>21</sup> também se tornaram domínios por períodos (Figura 1).

A Commonwealth era, originalmente, sinônimo do Império Britânico e foi concebida como um mecanismo de cooperação imperial. No entanto, ela passou por transformações significativas, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, em 1949, durante a Conferência de Primeiros Ministros da Commonwealth, a Declaração de Londres definiu a retirada da palavra “britânico” do título da Commonwealth. Estabeleceu-se também que o termo país da Commonwealth deveria substituir formalmente o termo domínio (Srinivasan, 2005). Essa mudança decorreu da pretensão da Índia em tornar-se república, visando garantir que outros tipos de governos também pudessem alcançar tal categorização e continuarem membros plenos da Commonwealth (McIntyre, 2004).

As mudanças nessa organização acentuaram-se a partir da criação do Secretariado e da Fundação da Commonwealth nos anos 1960, que a transformou em uma associação multilateral. Essas alterações marcaram uma transformação na coordenação e gestão da Commonwealth, mostrando que a sua evolução respondia a questões mais pragmáticas, como a adesão da Índia após tornar-se uma república, e as transformações estruturais no sistema internacional, como o fim do colonialismo. Isto posto, essa organização foi relevante na transição de colônia para Estado independente nos países da África, substituindo o Império Britânico após a formalização dessas independências (Srinivasan, 2005).

---

<sup>20</sup> No inglês: autonomous Communities within the British Empire, equal in status, in no way subordinate one to another in any aspect of their domestic or external affairs, though united by a common allegiance to the Crown, and freely associated as members of the British Commonwealth of Nations.

<sup>21</sup> Atual Sri Lanka.

### 3.1.4 A extração de recursos e exploração da mão de obra africana

Durante o século XIX e ao longo da era colonial, a abordagem da Europa, notavelmente da Grã-Bretanha, em relação à África passou por uma mudança. Inicialmente focada na remoção física de mão de obra através do comércio de escravos, essa estratégia evoluiu para a exploração da força de trabalho e dos recursos naturais africanos dentro do próprio continente. Portos como Liverpool, que anteriormente desempenhavam um papel central no comércio de escravos, redirecionaram suas atividades para a importação de produtos agrícolas africanos, evidenciando uma mudança nas dinâmicas de comércio entre a Grã-Bretanha, a Europa e a África (Rodney, 1975).

Desta maneira, a colonização da África foi impulsionada pela exportação de capital e pela obtenção de vastas novas fontes de matérias-primas, e não unicamente pelo comércio. O cultivo de culturas tropicais, especialmente aquelas que forneciam os produtos necessários à indústria moderna, revelou-se excepcionalmente valioso para o Império Britânico (Fox, 2023). Assim, a Europa beneficiou-se imensamente dos recursos africanos. Diversos produtos eram exportados para a Europa, contribuindo para o enriquecimento dos comerciantes europeus e fornecendo matérias-primas essenciais para diversos setores industriais (Marks, 2004).

Portanto, é possível afirmar que

O colonialismo não foi apenas um sistema de exploração; a repatriação dos lucros para a chamada «mãe-pátria», constituindo o objetivo central deste sistema, foi uma das suas características específicas. Isto conduziu, logicamente, à expatriação sistemática da mais-valia, produzida pela força de trabalho africana, para fora do continente, e ao desenvolvimento da Europa como parte do mesmo processo dialético entre a África se via subdesenvolvida (Rodney, 1975, p. 210).

A dinâmica do comércio diferia entre a África Oriental e Ocidental. Na África Oriental, as empresas comerciais eram geralmente menores, mas algumas entidades maiores dominavam o comércio, como a Smith Mackenzie. Em contraste, no oeste africano havia a presença de grandes empresas britânicas e francesas com um alcance mais amplo. Essas empresas passaram da participação no comércio de escravos para o comércio direto com a África, importando produtos europeus e exportando produtos agrícolas africanos, resultado do trabalho camponês (Rodney, 1975).

No contexto da África Austral, a última parte do século XIX e o século XX testemunharam uma mudança significativa em direção à extração de recursos minerais,

impulsionada principalmente por interesses britânicos. A exploração de diamantes, carvão, ouro e cobre começou a dominar o cenário econômico, principalmente na região. A descoberta e a extração de ouro e diamantes na África do Sul, a partir do final do século XIX, e o subsequente desenvolvimento da mineração de cobre na Rodésia do Norte no final da década de 1920, marcaram uma nova era na exploração colonial do continente. Grandes empresas, como a De Beers e a Anglo-American Corporation of Rhodesia, desempenharam um papel fundamental nessas atividades de mineração. O setor de mineração era caracterizado por um sistema de mão de obra que dependia muito de trabalhadores migrantes, alojados em complexos sob controle rigoroso e de uma classe de supervisão branca altamente remunerada. Esse sistema consolidou ainda mais a exploração colonial da mão de obra e dos recursos africanos (Marks, 2004).

Assim, as empresas britânicas representavam outro aspecto fundamental da exploração econômica do comércio africano. Suas atividades e estratégias influenciaram significativamente os desafios econômicos e o subdesenvolvimento experimentado pela África durante o período colonial. Um exemplo disso foi a United Africa Company (UAC), uma subsidiária da Unilever formada por meio de uma fusão envolvendo várias empresas comerciais, incluindo a Royal Niger Company (Pedler, 1975). A empresa emergiu como uma das entidades comerciais britânicas mais proeminentes operando em todo o continente africano. A UAC caracterizou-se por seu crescimento contínuo, adquirindo outras empresas comerciais e estabelecendo plantações na África. Dessa forma, desempenhou um papel crucial na manipulação da economia africana, especialmente no setor agrícola, ao reduzir os preços dos produtos locais enquanto aumentava suas margens de lucro (Rodney, 1975).

Nesse sentido, outra característica importante da exploração advinha do controle significativo que os capitalistas europeus exerciam sobre os preços no comércio com a África, estabelecendo os termos de compra e venda e garantindo acesso fácil ao excedente de riqueza produzido no continente africano (Rodney, 1975). Um exemplo desse caso foi a comercialização do óleo de palma:

Em 1924, o preço do óleo de palma era de 50\$00 por galão. Em 1928 descia para 28\$00 e no ano seguinte estava em 4\$50! Ainda que nos anos de crise as companhias comerciais recebessem menos por cada tonelada de óleo de palma, a taxa de lucro aumentou, o que mostra o grau de exploração a que estava submetido camponesa africano (Rodney, 1975, p. 223).

O governo britânico apoiava empresas como a UAC, especialmente para manter os preços baixos na África e fornecer acesso a trabalho forçado quando necessário. Esse apoio

governamental foi fundamental para permitir que a UAC e empresas semelhantes explorassem os recursos e a mão de obra africanos de forma eficiente e lucrativa. A influência da UAC e de outras empresas britânicas estendia-se até mesmo à administração colonial, com acionistas e ex-funcionários ocupando cargos importantes nos ministérios britânicos, afetando diretamente as políticas que impactavam as economias africanas (Rodney, 1975).

As empresas de navegação, predominantemente britânicas, e as instituições financeiras também constituíam outro canal de exploração. Bancos ingleses, como o National & Grindlays, o Standard Bank e o Barclays, detinham quase o monopólio dos bancos das colônias britânicas e atendiam principalmente aos interesses dos colonos brancos. Esses bancos facilitavam a saída da riqueza africana para as metrópoles europeias, investindo-as no mercado monetário londrino. Além de participarem do financiamento da extração de recursos naturais do continente — como a mineração de ouro e diamantes — e emitirem moedas e notas, no início do século XX. Essa função foi posteriormente assumida pelos Conselhos Monetários da África Ocidental e da África Oriental, criados em 1912 e 1919, respectivamente. A moeda emitida nas colônias era respaldada por reservas em libras esterlinas, que eram essencialmente rendimentos africanos mantidos na Grã-Bretanha. Esse sistema permitiu que o país lucrasse ainda mais investindo esses ganhos em ações do governo britânico (Rodney, 1975). Dessa maneira,

Nos finais dos anos 50, a reserva em estrelinos de uma pequena colônia como Serra Leoa atingiram o montante de £ 60 milhões; em 1955, o Governo britânico conservava £ 210 milhões, oriundos da venda do cacau e de minérios da Costa do Ouro. O Egito e a Síria também foram grandes «contribuintes» da Grã-Bretanha. Em 1945, a contribuição total da África para a balança britânica foi de £ 446 milhões, elevando-se esse número, dez anos depois, para £ 1446 milhões - mais metade da reserva total em ouro e dólares da Grã-Bretanha e da Commonwealth, que atingira então £2120 milhões (Rodney, 1975, p. 244).

A estratégia de exploração das empresas britânicas não se limitava ao comércio e ao setor bancário, ela também se manifestava nas condições de trabalho extremamente duras enfrentadas pelos trabalhadores africanos. Na África do Sul, por exemplo, os trabalhadores mineiros trabalhavam em condições não muito distintas da escravidão (Fox, 2023). Ademais, os negros enfrentavam discriminação sistemática no emprego e recebiam salários significativamente menores do que seus colegas brancos, perpetuando um ciclo de exploração econômica e racial. Essa disparidade era evidente no serviço público de colônias britânicas, como a Costa do Ouro e a Nigéria, onde os trabalhadores africanos eram confinados a cargos de nível inferior e recebiam uma fração pequena do que os funcionários públicos europeus ganhavam (Rodney, 1975).

O trabalho forçado era comum na construção de infraestruturas que eram essenciais para facilitar o comércio e a extração de recursos. Em Serra Leoa, por exemplo, milhares de camponeses foram expulsos de seus vilarejos para trabalhar na construção de ferrovias em condições terríveis, o que resultou em um alto número de mortes. Essa prática de trabalho forçado, incluindo o trabalho juvenil, foi generalizada o suficiente para gerar uma legislação em 1923, embora fosse frequentemente contornada (Rodney, 1975).

Vista disso, o campesinato e o operariado nativo suportaram um pesado fardo de exploração e as pesadas somas necessárias para manter um aparelho administrativo imperial (Fox, 2023). Isso intensificou-se principalmente na Primeira Guerra Mundial, onde ocorreu um aumento da extração de recursos locais para apoiar o esforço de guerra. As colônias africanas foram bases de apoio cruciais para os objetivos de guerra da Grã-Bretanha e após também, tendo em vista que a extração intensificou-se ainda mais no período pós-guerra, na busca pela recuperação da economia do Reino Unido. Este período foi marcado por uma exploração intensiva, muitas vezes à custa das economias locais e sem um reinvestimento significativo nas colônias. A esta pressão econômica juntou-se a ascensão do nacionalismo africano (Dalziel, 2006; Killingray, 2010). Os soldados africanos que participaram na guerra e os que foram expostos a novas ideias políticas começaram a questionar e a desafiar o domínio colonial, lançando as bases para futuros movimentos independentistas (Louis, 2004a).

### 3.2 O PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO DAS COLÔNIAS BRITÂNICAS NA ÁFRICA

O processo de descolonização das colônias britânicas na África, que se manifestou ao longo da segunda metade do século XX, foi profundamente influenciado por uma série de eventos globais e desenvolvimentos internos nas próprias colônias, frutos das mudanças na dinâmica do poder global após a Segunda Guerra Mundial. O nacionalismo africano, que ganhou força durante e após a Primeira Guerra Mundial, foi um elemento central no processo de descolonização. Para além, as consequências da Primeira Grande Guerra e da Revolução Soviética marcaram o declínio europeu e estimularam movimentos político-ideológicos a favor da emancipação dos povos coloniais (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2014).

A formação de uma elite africana educada no Ocidente — parte do modelo de governança colonial britânico — que serviria inicialmente como intermediária entre a

administração colonial e a população africana, acabou criando uma camada de intelectuais africanos anticolonialistas (Killingray, 2010). Muitos deles frequentaram universidades europeias ou viajaram pela Europa, como soldados durante as guerras, o que os expôs aos valores e princípios igualitários europeus. Além de aprenderem sobre a igualdade, esses indivíduos também receberam treinamento em diversas profissões, criando a expectativa de avanços na carreira que, na realidade, não estavam disponíveis sob o domínio colonial. A experiência da desigualdade e das oportunidades limitadas de carreira teve um papel significativo na formação dos pensamentos e aspirações desses intelectuais africanos. Mais tarde, eles exerceram papel fundamental na luta pela independência (Wallerstein, 2005).

A Grã-Bretanha, na tentativa de gerenciar conflitos resultantes de sentimentos nacionalistas, adotou uma abordagem de persuasão e coerção. Esta estratégia foi eficaz por um tempo em enfrentar tensões étnicas e econômicas, permitindo com que mantivesse seu controle imperial apesar dos desafios crescentes (Dalziel, 2006). Assim, o período entreguerras marcou o auge da dominação britânica no continente africano. A Grande Depressão também produziu um impacto econômico e social na África devido à diminuição dos fluxos comerciais e financeiros internacionais e do aumento das tensões mundiais (Visentini, 2012).

A Segunda Guerra Mundial foi um marco decisivo no processo de descolonização africana, alterando profundamente o contexto global e africano (Dalziel, 2006). O conflito acelerou o desenvolvimento econômico em algumas regiões da África, particularmente na África Austral, onde a demanda por minerais e outros recursos naturais cresceu significativamente devido às necessidades da guerra. Este aumento na atividade econômica teve efeitos mistos sobre as populações locais: por um lado, proporcionou novas oportunidades de emprego; por outro, intensificou as pressões sobre os trabalhadores africanos, muitas vezes submetidos a condições laborais rigorosas e injustas (Marks, 2004; Killingray, 2010).

Além disso, a Segunda Guerra Mundial também enfraqueceu o domínio europeu na África de várias maneiras. Economicamente, a guerra drenou os recursos das metrópoles europeias, deixando-as menos capazes de manter o controle sobre suas vastas colônias (Dalziel, 2006). Politicamente, o conflito levou a um realinhamento global do poder, com os Estados Unidos e a União Soviética emergindo como superpotências. Ambas as nações, embora por razões diferentes, eram favoráveis ao processo de descolonização, aumentando a pressão internacional sobre as potências coloniais para que concedesse a independência às suas colônias

(Visentini; Ribeiro; Pereira, 2014). Isso, combinado com o crescente custo político e econômico de manter o império e a emergência dos sociais-democratas (Visentini, 2012), levou muitos no Reino Unido a questionar a viabilidade do imperialismo colonial.

O fim da guerra e o estabelecimento das Nações Unidas em 1945 geraram uma nova dinâmica internacional que favoreceu a autodeterminação dos povos. A Carta das Nações Unidas incluía princípios de igualdade e autodeterminação, que foram invocados pelos líderes nacionalistas africanos para argumentar a favor da independência. A pressão internacional e a crescente conscientização sobre os direitos humanos e a justiça global tornaram cada vez mais insustentável para as potências europeias manterem seu império colonial (Visentini, 2012).

Portanto, neste contexto pós-guerra, nas décadas de 1950 e 1960 houve uma aceleração no movimento de descolonização. As colônias britânicas na África, empoderadas pelo contexto internacional e pelo crescimento de movimentos nacionalistas internos, começaram a exigir cada vez mais sua independência. Este período foi marcado por uma série de negociações, tanto pacíficas quanto conflituosas, entre as colônias e a Grã-Bretanha, que eventualmente levaram à independência de várias nações africanas. De início, houve a tentativas das metrópoles europeias de estabelecer um processo de autonomização gradual e controlada, o que apenas acentuou o movimento de descolonização (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2014).

Em contraste com a política francesa de descolonização, que muitas vezes resistiu à independência total de suas colônias, os britânicos mostraram-se mais dispostos a reconhecer a independência das nações africanas. Essa abordagem mais flexível permitiu que a Inglaterra planejasse sua política de descolonização tendo em mente o período pós-independência (Wallerstein, 2005). Assim, a política britânica de descolonização foi cuidadosamente planejada para apoiar o sistema da zona esterlina da Commonwealth. Este sistema tinha dois objetivos principais: primeiro, assegurar a continuidade do domínio britânico na economia global; e segundo, adaptar-se às mudanças decorrentes da concessão da independência e da subsequente não conversibilidade da libra esterlina. Esse período foi marcado pela luta para manter o papel internacional da libra esterlina em meio a desafios econômicos significativos, ao mesmo tempo em que lidava com as crescentes demandas por autogoverno nas colônias africanas (Bangura, 1983).

Ainda que a política de descolonização britânica fosse mais flexível do que a de outras potências coloniais, ela era, em grande parte, influenciada por análises estratégicas. O Reino

Unido buscou uma transição que não apenas garantisse a independência política das colônias africanas, mas, concomitantemente, mantivesse alinhamentos econômicos e políticos favoráveis através do sistema da Commonwealth. Esse enfoque reflete que a concessão na aceitação da inevitabilidade da independência africana estava alinhada à tentativa de preservar a influência britânica na região pós-colonial. Ao planejar a descolonização dentro do contexto da Commonwealth-sterling, a Grã-Bretanha tentava garantir que as relações comerciais e financeiras com as nações africanas recém-independentes continuassem a beneficiar a economia britânica e sustentar a posição internacional da libra esterlina (Bangura, 1983; Fieldhouse, 2004).

No entanto, na década de 1970 ficou evidenciado o fracasso da tentativa de implementação da zona esterlina. Essa situação foi resultado de uma combinação de fatores, incluindo mudanças no ambiente econômico internacional e divergências de interesses entre a Grã-Bretanha e os países africanos da Commonwealth. Primeiramente, a ascensão dos Estados Unidos como potência econômica dominante e a prevalência do dólar como moeda internacional principal minaram a eficácia do sistema. Além disso, os interesses econômicos da Inglaterra e dos países africanos frequentemente divergiam. Enquanto os países africanos aspiravam ao desenvolvimento econômico autônomo, o Reino Unido estava focado em manter sua posição internacional, gerando conflitos e tensões. Por fim, a eficácia do sistema foi ainda mais limitada pela insuficiência de recursos financeiros. Essa combinação de fatores contribuiu para a ineficácia e eventual desintegração do sistema da área Commonwealth-Sterling (Bangura, 1983).

Tendo em vista essa visão mais abrangente da política de descolonização britânica para os Estados africanos, é importante ressaltar que o processo de independência das colônias variou significativamente por região, refletindo as características sócio-econômicas locais e os interesses ingleses (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2014). Sendo assim, o primeiro país a tornar-se independente foi o Egito em 1922 (Figura 4). Apesar dessa data marcar o fim do protetorado britânico, a Grã-Bretanha manteve ainda relativo controle sobre questões de defesa e política externa, principalmente relativas ao Canal de Suez. A situação só foi mudar com a revolução de 1952, liderada por Gamal Abdel Nasser, que aboliu a monarquia, estabeleceu uma república e nacionalizou o Canal de Suez (Dalziel, 2006).

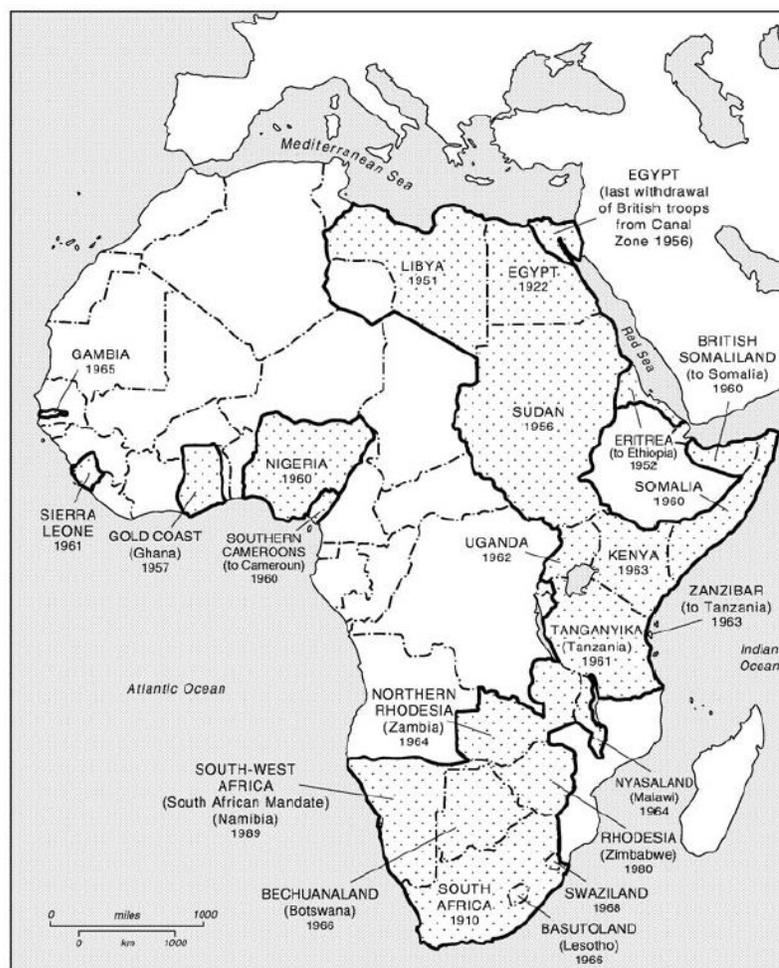
Em seguida, as colônias fragmentadas da África Ocidental alcançaram a independência (Visentini, 2012). Esse processo foi desenvolvido mais rapidamente do que o previsto pelo *British Colonial Office*. Líderes como Kwame N'Krumah na Costa do Ouro desempenharam um

papel crucial nessa aceleração, resultando em Gana tornando-se independente em 1957, estabelecendo um precedente para outras nações, como a Nigéria que conquistou a sua independência em 1960 (Louis, 2004b). A Serra Leoa e a Gâmbia seguiram este movimento, tornando-se independentes em 1961 e 1965, respectivamente (Figura 4).

Na África Oriental, o colonialismo britânico foi inicialmente motivado por objetivos estratégicos, com uma presença significativa de colonos brancos no Quênia. A proposta inglesa de uma Federação da África Oriental, a fim de manter a supremacia branca, incluindo Uganda, Quênia e Tanganica, não se concretizou (Louis, 2004b; Visentini; Ribeiro; Pereira, 2014). A resistência local e a incapacidade da Grã-Bretanha de manter o controle levaram à independência da Somalilândia em 1960, da Tanganica em 1961, de Uganda em 1962 e do Quênia em 1963 (Figura 3).

Finalmente, na África Austral, o domínio britânico, estabelecido por grupos imperialistas e motivado por reservas minerais e recursos agrícolas, foi inicialmente transformado na Federação da África Central, composta pelas Rodésias e Niassalândia, em 1953. No entanto, isso intensificou os movimentos nacionalistas, resultando em independências separadas para Niassalândia e Rodésia do Norte em 1964. A descolonização na Rodésia do Sul foi mais complexa, culminando na independência apenas em 1980 após um conflito prolongado (Louis, 2004b; Visentini; Ribeiro; Pereira, 2014). Além destas, Bechuanalândia, Basutolândia e Suazilândia alcançaram a independência na década de 1960 (Figura 4).

**Figura 4** - Mapa da descolonização britânica da África



Fonte: Brown; Louis, 2004.

Após a descolonização, os Estados africanos caracterizaram-se por um grau significativo de dependência externa e vulnerabilidade (Wallerstein, 2005). Esse foi um legado de sua história de colonização, em que sua integração à economia global foi marcada por uma posição subordinada ao norte industrializado, deixando-os expostos a choques e influências econômicas externas. Além disso, os cenários socioculturais e econômicos desses países foram profundamente afetados pela composição plural e pelas políticas das administrações coloniais. Os Estados africanos emergiram do domínio colonial como entidades socialmente amorfas, muitas vezes severamente divididas e sobrecarregadas com fraqueza econômica. O domínio colonial alterou sistematicamente suas economias, introduzindo o cultivo comercial e mudando a base agrícola, o que teve efeitos de longo prazo em suas estruturas econômicas (Chazan *et al.*, 1999).

O período pós-colonial apresentou enormes desafios na construção do Estado e na governança dos países africanos. Os governos lidaram com capacidades estatais fracas, muitas vezes caracterizadas por repressão. Como herança do colonialismo, a cultura política desse período foi marcada pelo autoritarismo, que era visto como uma forma apropriada de governo, que se sustentava na dominação ao invés da legitimidade (Chazan *et al.*, 1999).

Esses desafios foram agravados pela criação de uma pequena elite educada no Ocidente durante a época colonial. Esse grupo desempenhou um papel fundamental no gerenciamento das mudanças político-econômicas e culturais, alinhado a isso, a natureza seletiva da educação colonial criou novas formas de mobilidade e divisão social (Chazan *et al.*, 1999). Apesar de pleitear a favor do desenvolvimento econômico, o retorno financeiro que essas elites recebiam resultou na sua falta de atitude em relação da quebra da

[...] dependência econômica geral das economias africanas em relação a forças externas. Para eles, a unidade africana significava uma aliança entre os grupos governantes para compartilhar a parte imediatamente disponível do bolo alocado para seus países no mercado mundial existente (Wallerstein, 2005, p. 21, tradução própria<sup>22</sup>).

Dessa forma, os intelectuais do movimento nacionalista africano, como Frantz Fanon, não viam no processo de descolonização uma ruptura integral em relação à exploração que anteriormente fora imposta. Como consequência,

Libertação nacional, renascimento nacional, restituição da nação ao povo, Commonwealth, quaisquer que sejam as rubricas utilizadas ou as novas fórmulas introduzidas, a descolonização é sempre um fenômeno violento. Em qualquer nível que se estude: encontros entre indivíduos, composição humana dos *cocktailparties*, da polícia, dos conselhos de administração, dos bancos nacionais ou privados, a descolonização é simplesmente a substituição de uma «espécie» de homens por outra «espécie» de homens (Fanon, 1961, p. 30).

Além disso, a experiência colonial deixou os Estados africanos com instituições estatais frágeis e subdesenvolvidas. A estrutura colonial concentrava-se na extração e no controle de recursos, negligenciando aspectos como distribuição de renda e participação dos nativos na vida política. Isso resultou em um dualismo nas estruturas institucionais, no qual os mecanismos de extração de recursos eram refinados, mas os de distribuição permaneciam rudimentares. Isso tudo contribuiu para a prevalência da influência das nações centrais sobre os Estados africanos (Chazan *et al.*, 1999).

---

<sup>22</sup> No inglês: [...] the over-all economic dependence of African economies on outside forces. For them, African unity meant an alliance among the governing groups to share in the immediately available portion of the pie allocated to their countries in the existing world market (Wallerstein, 2005, p. 21).

## 4 MANIFESTAÇÕES DO NEOCOLONIALISMO BRITÂNICO NA ÁFRICA

O presente capítulo aborda em três dimensões o neocolonialismo britânico na África: comercial-econômica, cultural-humanitária e político-ideológica. Na dimensão comercial-econômica, é analisada a dependência econômica persistente das nações africanas pós-colonialismo, evidenciada pela exploração de recursos naturais por interesses corporativos globais e britânicos. Para ilustrar esse caso é evidenciado o caso das mineradoras na África Austral. A dimensão cultural-humanitária foca nas relações humanitárias e na responsabilidade do Reino Unido para com a África. Tendo isso em vista, é discutido o papel da Commonwealth na atualidade e sua função na preservação da relação paternal entre a Inglaterra e suas ex-colônias. Por fim, na dimensão político-ideológica é abordado a influência da globalização e das políticas da União Europeia, refletindo o lado ideológico do neocolonialismo, representados por tratados que submetem os países periféricos a adotarem uma agenda neoliberal, como o Acordo de Cotonu.

### 4.1 DIMENSÃO COMERCIAL-ECONÔMICA

Após a descolonização, muitas nações africanas encontraram-se presas em um ciclo de dependência econômica. Apesar de terem conquistado a independência política, esses países tiveram dificuldades para estabelecer programas eficientes de desenvolvimento econômico. Um fator importante foi a dependência contínua da exportação de *commodities*, minerais e outros produtos decorrentes de atividades extrativistas. Esse modelo econômico espelhava o passado colonial, em que a principal função das economias africanas era fornecer matérias-primas para as indústrias europeias (Burgis, 2015). À vista disso, nesse novo período de exploração,

[...] o saque/roubo dos recursos naturais na África foi sendo caracterizado pelo advento de conteúdos típicos da era colonial, sendo que alguns eles, apenas foram simplesmente recuperados, reeditados e modernizados pelo capital, visando garantir a sua acumulação e reprodução ampliada em escala global (Catsossa, 2021, p. 312).

Com a expansão do capital financeiro corporativo global no início do século XXI, o continente africano passou por uma transformação sócio-espacial. Esta expansão buscou terras e recursos naturais para exploração capitalista, perpetuando a pilhagem histórica de recursos naturais, um legado da colonização europeia. Com a globalização do capitalismo neoliberal, o

continente, antes visto como pobre e menos globalizado, tornou-se alvo de disputas por grupos corporativos globais. Este interesse renovado no continente é em parte devido às suas vastas reservas de recursos naturais e terras férteis (Catsossa, 2021).

Os acordos e políticas comerciais promulgados após a independência desempenharam um papel fundamental na perpetuação desse desequilíbrio econômico. Influenciados pelo neoliberalismo, esses tratados geralmente favoreciam os interesses das antigas potências coloniais, como a Grã-Bretanha, em detrimento das necessidades de desenvolvimento das nações africanas. O resultado foi uma estrutura econômica neocolonial, em que o controle dos recursos e o acesso ao mercado permaneceram em grande parte nas mãos de entidades estrangeiras.

Nesse sentido, é possível afirmar que

Os investimentos, empréstimos, políticas comerciais e esquemas de "ajuda" ocidentais são todos voltados para o objetivo de manter esses territórios como centros de produção primária do imperialismo, que importam a maior parte de seu maquinário e produtos manufaturados dos países metropolitanos (Woddis, 1967, p. 89, tradução própria<sup>1</sup>).

A transição para uma economia industrializada tem sido um desafio significativo para a maioria dos países africanos. Apenas alguns conseguiram desenvolver indústrias substanciais, deixando a maioria presa em um padrão de exportação de produtos não processados. Essa falta de industrialização consolidou ainda mais a posição do continente como fornecedor de matérias-primas, dificultando seu crescimento econômico e sua diversificação. Ademais, a infraestrutura necessária para apoiar uma economia mais diversificada, como redes elétricas, estradas e escolas, é frequentemente negligenciada. Em consequência, em vez de se desenvolverem economias amplas com bases industriais capazes de fornecer emprego em massa, a pobreza se intensifica e o setor de recursos gera prosperidade apenas para aqueles que o controlam. Um ponto marcante é que a participação da África na manufatura global, em 2011, estava exatamente onde estava em 2000: em 1%. Esse dado demonstra a estagnação no desenvolvimento industrial do continente (Burgis, 2015).

O papel da elite africana nessa dinâmica é essencial. Muitas dessas elites foram moldadas durante a era colonial e continuaram a manter um sistema que favorece o capital internacional, muitas vezes às custas de suas próprias populações. Suas alianças com interesses estrangeiros

---

<sup>1</sup> No inglês: Western investments, loans, trading policies and "aid" schemes are all directed to the aim of keeping these territories as primary-producing hinterlands of imperialism which import the bulk of their machinery and manufactured goods from the metropolitan countries (Woddis, 1967, p. 89).

facilitaram a exploração contínua dos recursos da África, reforçando a estrutura econômica neocolonial (Catsossa, 2021). Essas elites, algumas com mentalidades coloniais ou escravocratas, tornaram-se cúmplices do imperialismo global, trabalhando junto para garantir a acumulação e reprodução ampliada do capital. Um exemplo marcante desse fenômeno é a Corporação Nacional de Petróleo da Nigéria, que foi implicada em extensa corrupção e apropriação financeira indevida, funcionando como motor da máquina de pilhagem da Nigéria. Estas fraudes causavam mensalmente a perda de bilhões de dólares, um número que sublinha a escala da pilhagem perpetuada pela elite, que empenhou muito esforço para manter o controle sobre os recursos do Estado, buscando o enriquecimento pessoal e a consolidação do poder em detrimento de um desenvolvimento nacional (Burgis, 2015).

Após as independências, as elites africanas não se movimentaram para a quebra do ciclo de dependência (Wallerstein, 2005). Tornaram-se coniventes, parceiras e, muitas vezes, colaboradoras dos antigos colonizadores e do imperialismo global. Dessa maneira, o processo estabelecido na contemporaneidade representa a recolonização da África pelo capital monopolista, expressando-se através da apropriação de recursos naturais e da transformação da terra em negócio para a produção de *commodities*. Contudo, os recursos financeiros obtidos frequentemente são depositados em contas bancárias no exterior e em paraísos fiscais, não beneficiando os povos africanos que enfrentam miséria estrutural (Catsossa, 2021).

A apropriação das riquezas africanas pelos capitalistas estrangeiros, agora rotulados como investidores, continua a ser uma prática comum. Projetos de grande escala, denominados mega projetos ou projetos de desenvolvimento, representam a expressão mais avançada do capitalismo neoliberal e são uma via de reocupação da África. Estes projetos, embora vestidos com discursos desenvolvimentistas, perpetuam a monopolização dos territórios e a expropriação dos recursos naturais (Catsossa, 2021).

No centro desta narrativa estão as empresas britânicas que mantiveram sua presença na África desde a época colonial. As empresas multinacionais detêm um enorme poder econômico e político nos países africanos pós-independência, marcando uma relação direta entre a exploração colonial e a exploração moderna. Essas empresas continuam a explorar os recursos naturais do continente, beneficiando-se dos sistemas econômicos neocoloniais em vigor. A presença e as atividades dessas empresas exemplificam o controle econômico contínuo e a influência que as

antigas potências coloniais, como o Reino Unido, exercem sobre as economias africanas (Burgis, 2015).

Conforme o relatório da War on Want<sup>2</sup> de 2016, 101 empresas listadas na Bolsa de Valores de Londres (LSE), a maioria delas britânicas, dominam a exploração de recursos minerais em 37 países da África Subsaariana (Figura 5). Essas corporações controlam coletivamente mais de um trilhão de dólares em recursos africanos, incluindo ouro, platina, diamantes, cobre, petróleo, gás e carvão. Este domínio demonstra o poder significativo que as empresas britânicas mantêm sobre os recursos naturais africanos, perpetuando um legado de dependência econômica e exploração que tem suas raízes na era colonial (Curtis, 2016).

Entre as empresas mais proeminentes nesse cenário está a Tullow Oil, uma corporação anglo-irlandesa que controla a produção de 307 milhões de barris de petróleo em 12 países africanos (Curtis, 2016) e se autodenomina a “[...] principal empresa global independente de exploração e produção de petróleo e gás da África” (Petroleum Management Programme, [s.d.], p.1, tradução própria<sup>3</sup>). A Shell e a Glencore também são atores-chave. A Shell gerencia 691 milhões de barris, principalmente na Nigéria (Curtis, 2016), onde suas operações petrolíferas têm sido associadas a graves impactos ambientais e sociais. Como um dos principais atores no setor de petróleo e gás do país, a Shell enfrentou acusações de corrupção e violações de direitos humanos, incluindo o pagamento de subornos para garantir contratos e licenças de exploração (Burgis, 2015). Já a Glencore, apesar de ser conhecida por ser uma gigante do comércio de *commodities*, controla 175 milhões de barris de petróleo. A participação governamental africana nessas operações é frequentemente limitada, resultando na apropriação da maior parte dos lucros por empresas estrangeiras (Curtis, 2016).

O cenário econômico da África pós-independência é marcado por uma persistente dependência das exportações de recursos naturais, refletindo um legado neocolonial que favorece as corporações multinacionais e perpetua desequilíbrios econômicos. Empresas britânicas, cujas operações no continente remontam ao período colonial, exemplificam este domínio, controlando vastas quantidades de recursos naturais, muitas vezes com limitada participação governamental

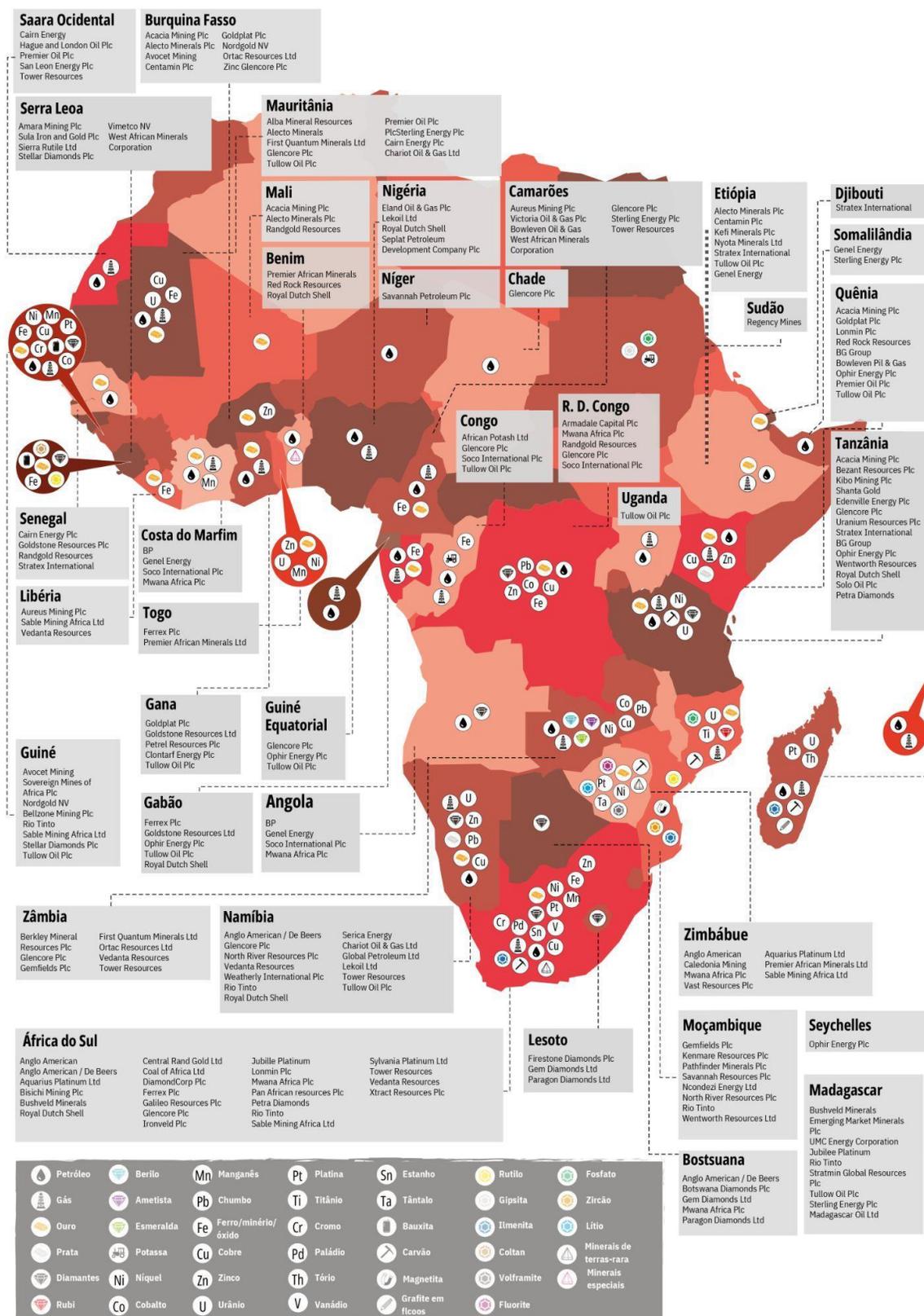
---

<sup>2</sup> War on Want é um movimento de pessoas com sede em Londres que trabalham para acabar com a pobreza global e as violações dos direitos humanos, cujo slogan é “a pobreza é política” (No inglês: poverty is political) e seu foco declarado está nas causas fundamentais da pobreza e não em seus efeitos (War on Want, [s.d.]).

<sup>3</sup> No inglês: [...] Africa’s leading global independent oil and gas exploration and production company (Government of Guyana, 2019).

africana, resultando na exportação de lucros e perpetuação da pobreza local. Essa realidade é agravada pela estagnação na industrialização e pelo contínuo envolvimento de elites africanas que mantêm estruturas econômicas favoráveis ao capital internacional. Assim, a África enfrenta o desafio contínuo de superar um sistema econômico que beneficia principalmente atores externos, deixando de usar os próprios recursos para o desenvolvimento interno.

Figura 5 - Empresas extrativistas na África listadas na LSE



Fonte: traduzido de Curtis, 2016.

#### 4.1.1 O monopólio britânico na extração de minérios na África Austral

Além das grandes corporações de *commodities* agrícolas e minerais, as empresas mineradoras britânicas, como a De Beers, destacam-se por sua história longa e contínua na África Austral. Fundada em 1888 por Cecil Rhodes — colonizador e magnata britânico — a De Beers iniciou suas operações durante o auge do imperialismo britânico, capitalizando sobre as ricas reservas de diamantes da região. Esta empresa não só simbolizava o poder econômico e político britânico na África Austral, mas também desempenhou um papel central na moldagem da economia e da política da região durante o período colonial (Grynberg; Mbayi, 2015).

A De Beers estabeleceu um monopólio quase completo sobre a produção de diamantes, controlando não apenas a mineração, mas também a comercialização desse minério (Innes, 1984). Sua presença se estendeu para além das fronteiras da África do Sul, alcançando países Botsuana e Namíbia. Mesmo após as independências africanas, a De Beers conseguiu manter sua posição dominante, adaptando-se às novas realidades políticas e econômicas (Bergenstock; Maskulka, 2001). Por exemplo, em Botsuana, a De Beers formou uma *joint venture* com o governo, a Debswana Diamond Company, que se tornou um dos maiores produtores de diamantes do mundo (Claasem; Roloff, 2011).

Desde o final do século XIX, a De Beers regula tanto os mercados de diamantes industriais quanto de gemas, restringindo artificialmente a oferta de diamantes. Além disso, a companhia desenvolveu e nutriu a crença de que os diamantes são símbolos preciosos e inestimáveis de romance, influenciando significativamente a percepção global dessas pedras preciosas. A estratégia operacional da De Beers era limitar o número de diamantes lançados no mercado a cada ano e perpetuar uma ideia de escassez que justificasse seus elevados preços. A empresa funcionou muito como qualquer outro cartel, controlando tanto a oferta quanto a demanda no mercado de diamantes, alterando os preços a seu próprio critério, ao mesmo tempo em que convencia os consumidores a comprar e valorizar as “raras” gemas (Bergenstock; Deily; Taylor, 2006).

Controlando a produção e os preços, a De Beers operava um cartel de produtores que estabelecia cotas de produção para cada membro. Inicialmente, a força do cartel residia no controle das minas sul-africanas pela De Beers. Contudo, sua fonte de poder mudou de produção bruta de diamantes para uma rede sofisticada de produção, marketing, vendas e promoção; sendo

todas essas áreas administradas pela empresa. Esta prática ocasionou uma diferença ainda maior entre os preços dos diamantes e o custo de extração. Assim, a De Beers também exerce controle sobre o fornecimento de diamantes lançados no mercado mundial, baseada em um princípio estabelecido por Cecil Rhodes há quase um século atrás: o número de diamantes trazidos ao mercado em um determinado ano deveria ser aproximadamente igual ao número de noivados ocorridos naquele ano, equiparando oferta e demanda. Para isso, a De Beers utilizou uma estratégia de estoque de reserva, consistindo em milhões de quilates de diamantes brutos (Bergensstock; Maskulka, 2001).

Ademais, a história da De Beers na África Austral é marcada por controvérsias. A empresa foi acusada de manipular o mercado global de diamantes para manter preços altos e, conjuntamente, beneficiar-se do trabalho em condições precárias nas minas, onde os trabalhadores possuem poucos ou nenhum equipamento de segurança (Trenchard, 2022). Além disso, as operações de mineração de diamantes muitas vezes tiveram impactos ambientais significativos e contribuíram para conflitos sociais e políticos, particularmente em áreas onde os direitos das comunidades locais foram desrespeitados e ignorados.

Além da De Beers, outra empresa britânica que possui um histórico de exploração constante de recursos na África Austral é a Anglo American. Fundada em 1917, a Anglo American começou como uma empresa de mineração de ouro na África do Sul, expandindo-se de forma rápida e se tornando uma das maiores empresas de mineração do mundo. A história dessa empresa está intimamente ligada à da De Beers. Em 1927, a De Beers passou a ser uma subsidiária do conglomerado empresarial Anglo American, dessa forma, demarcando um controle monopolista sobre a mineração no sul do continente africano. Sua influência estendeu-se por todo o continente africano, envolvendo-se na extração de uma ampla gama de recursos naturais, incluindo platina, carvão, diamantes e metais-base (Innes, 1984). Em relação à riqueza em platina da África, concentrada principalmente na África do Sul, a Anglo American, sozinha, controla 200 milhões de onças de platina, sendo responsável por 40% da platina recém-minerada no mundo, o que a estabelece como a maior produtora de platina tanto na África quanto globalmente (Curtis, 2016).

Ao longo dos anos, a Anglo American expandiu suas operações para Botsuana, Gana, Namíbia e Zimbábue. Suas operações tiveram um impacto profundo não apenas na economia desses países, mas também em suas sociedades e ambientes, violando direitos humanos e

ignorando questões ambientais (Innes, 1984; Curtis, 2016). A presença contínua e a atividade econômica de empresas como a De Beers e a Anglo American na África Austral são consequências do colonialismo britânico na região. Com suas sedes e ações listadas em Londres (Curtis, 2016), os fluxos financeiros decorrentes da extração dessa riqueza mineral são direcionados a investidores e acionistas no Reino Unido. Este domínio perpetuou um paradigma onde a riqueza extraída do solo africano, apesar de sua imensa lucratividade, não beneficia aqueles cujas terras e esforços são explorados.

## 4.2 DIMENSÃO CULTURAL-HUMANITÁRIA

As relações entre o Reino Unido e a África, particularmente no contexto da ajuda humanitária e da responsabilidade britânica pós-descolonização, demonstram a constância de uma narrativa profundamente entrelaçada com legados históricos, imperativos morais e as dinâmicas geopolíticas que se moldaram após a Guerra Fria e a onda neoliberal do final do século XX (Power, 2009). No entanto, a noção de responsabilidade da Inglaterra para com a África tem sido objeto de discussão desde o final da era colonial, resultando na criação de inúmeras estratégias de cooperação e ajuda, que nunca parecem gerar o resultado esperado (Buba, 2018).

Como antiga potência colonial, os britânicos parecem carregar uma nostalgia e uma memória seletiva que envolvem muitas vezes o passado colonial, retratando-o como um período de elevação moral e missões civilizatórias (Power, 2009). Nesse sentido, Gilroy — sociólogo e presidente do departamento de estudos afro-americanos da Universidade de Yale — afirmou que

O império desaparecido está essencialmente sem luto. O significado de sua perda permanece pendente. A dor crônica e incômoda de sua ausência alimenta um apego melancólico. Isso é [...] uma versão da história colonial resolutamente retocada no ar, na qual a diplomacia das canhoneiras era uma elevação moral, as missões civilizatórias eram concluídas, os trens funcionavam pontualmente e os nativos apreciavam o valor da estabilidade. Esses mundos de sonho são revisitados compulsivamente. Eles saturam a paisagem cultural da Grã-Bretanha contemporânea. A mistura característica de história revisionista e superioridade moral oferece prazeres e distrações que adiam um acerto de contas com a multicultura contemporânea e adiam a inevitável questão da reparação imperial (Gilroy, 2005, p. 1, tradução própria<sup>4</sup>).

---

<sup>4</sup> No inglês: The vanished empire is essentially unmourned. The meaning of its loss remains pending. The chronic, nagging pain of its absence feeds a melancholic attachment. This is [...] to a resolutely air-brushed version of colonial history in which gunboat diplomacy was moral uplift, civilising missions were completed, the trains ran on time and the natives appreciated the value of stability. These dream worlds are revisited compulsively. They saturate the cultural landscape of contemporary Britain. The distinctive mix of revisionist history and moral

Essa visão revisionista e de superioridade moral perpetua a imagem negativa de que a “África é um mendigo perpétuo, dependente da generosidade ocidental, em vez de um ator em seu próprio direito com potencial e futuro” (Taylor, 2005, p. 309, tradução própria<sup>5</sup>). À vista disso, o continente inteiro é reduzido a um espaço uniforme e eternamente ineficiente, aguardando intervenção externa que traga soluções para os seus problemas. Essa perspectiva influencia negativamente as políticas de ajuda e cooperação, muitas vezes resultando em soluções inadequadas que não atendem às reais necessidades africanas. Além disso, essa abordagem perpetua o ciclo de dependência, impedindo a autodeterminação e o desenvolvimento sustentável na África (Power, 2009).

Essa política britânica para a África acentuou-se ainda mais no final da década de 1990, sob o governo de Tony Blair. Nesse período, o Reino Unido assumiu um papel mais presente na política africana, de forma que a abordagem do primeiro-ministro era descrita como quase missionária, marcando-o como o líder britânico mais engajado com as questões africanas desde a descolonização (Power, 2009). Ele visava posicionar a Grã-Bretanha como “um farol para o mundo” (Reino Unido, 1997, p. 1, tradução própria<sup>6</sup>) no cenário internacional. Sob a sua liderança, a Inglaterra procurou trabalhar em parceria com Estados e organizações regionais africanos. Para tal, foi criado o Departamento de Desenvolvimento Internacional (DFID) em 1997, sinalizando o compromisso dos ingleses em abordar a pobreza global e questões de desenvolvimento. A abordagem do DFID foi formulada em termos de um “novo humanitarismo”, enfatizando a responsabilidade moral de cada britânico em auxiliar os menos afortunados (Biccum, 2005).

Nas relações entre as nações africanas e o Reino Unido, especialmente aquelas delineadas nos Livros Brancos de 1997 e 2000 do DFID, os britânicos desempenhavam um papel dominante, muitas vezes assemelhando-se a um disciplinador ou provedor de governos do terceiro mundo, que são retratados como necessitantes de orientação e apoio. Os termos e condições dessas parcerias são definidos pela Grã-Bretanha e são estruturados quase como um contrato, com expectativas claramente delineadas para os governos parceiros. Essas expectativas incluem

---

superiority offers pleasures and distractions that defer a reckoning with contemporary multiculturalism and postpone the inevitable issue of imperial reparation (Gilroy, 2005, p. 1).

<sup>5</sup> No inglês: Africa is a perpetual beggar, dependent upon western largess, rather than an actor in its own right with potential and a future (Taylor, 2005, p. 309).

<sup>6</sup> No inglês: a beacon to the world (Reino Unido, 1997, p. 1).

compromissos com a eliminação da pobreza, a busca de políticas econômicas sólidas e a prevenção de conflitos. A Inglaterra incumbe-se do direito de escolher seus parceiros, concentrando-se em países onde possa causar um impacto efetivo — e mantém sua autoridade para avaliar e gerenciar o desempenho de seus parceiros (Biccum, 2005).

Outro marco nas relações Reino Unido-África durante o Governo Blair foi a criação da The Commission for Africa (CfA) em 2004, composta por 17 membros da África, Europa e América do Norte, incluindo políticos de alto perfil e líderes do setor privado. Seu relatório, “Our Common Interest: An Argument”, lançado em março de 2005, visava abordar a pobreza e promover o crescimento econômico na África, além de contar com atividades culturais e políticas significativas (Gopal, 2006). Todavia, as propostas do relatório enfatizam o aumento dos níveis de ajuda externa e o maior investimento do setor privado como a solução para os problemas da África, deixando de abordar os elementos estruturais dos problemas da África, como as estruturas do comércio mundial, as finanças globais e as instituições do multilateralismo (Hurt, 2007).

Além disso, os membros da CfA eram fortemente dominados por atores da elite e, em particular, por membros do governo britânico. A escolha cuidadosa dos comissários africanos resultou em um conjunto de banqueiros, industriais e líderes políticos. Esses indivíduos, notavelmente conectados com entidades como o FMI e o Banco Mundial, eram defensores e disseminadores dos princípios do capitalismo de livre mercado. A ênfase do relatório na necessidade de maior ajuda externa reforça a visão de que a África precisa de “ajuda” do ocidente. As diretrizes propostas no relatório levaram a um aumento da influência dos países doadores sobre as economias africanas. Esse aumento de poder frequentemente se traduzia em termos neoliberais estritos que acompanhavam a redução da dívida. Nesse contexto, o CfA atuava efetivamente como uma ferramenta que promovia condições favoráveis tanto para o estabelecimento da dominação da classe burguesa quanto para o impulso da acumulação capitalista (Hurt, 2007).

Apesar da aparente mudança nas relações entre o continente africano e os ingleses a partir da década de 1990, é importante notar que elas não são inéditas e possuem suas raízes na ideologia colonialista. Deste modo, reafirma sua posição como autoridade imperial nas relações de desenvolvimento contemporâneas com países do terceiro mundo, fazendo com que “as parcerias [sejam] elaboradas como relações desiguais, com a Grã-Bretanha desempenhando o papel “adulto” de disciplinador e provedor dos governos do terceiro mundo, que parecem ser

crianças com comportamento potencialmente desafiador” (Noxolo, 2006, p. 260, tradução própria<sup>7</sup>).

A romantização dos programas de ajuda humanitária e a crença ainda muito presente do “fardo do homem branco” não consideram a dinâmica real de poder e dependência. O papel da Grã-Bretanha nessas parcerias vai além da mera contribuição financeira; o país ganha muito com esses relacionamentos, que sustentam seu status em grupos de poder global como o Grupo dos Sete e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (Langan, 2018). Além disso, analisando os fluxos financeiros que entram e saem do continente, é possível notar que o resultado operacional é bastante negativo para a África. Nesse sentido, o relatório da Health Poverty Action aponta que

Enquanto US\$134 bilhões circulam dentro do continente a cada ano, predominantemente sob a forma de empréstimos, investimentos estrangeiros e ajuda; São retirados US\$192 bilhões, principalmente em lucros feitos por empresas estrangeiras, evasão de impostos e os custos de adaptação às mudanças climáticas. O resultado é que a África sofre uma perda líquida de US\$58 bilhões por ano. Dessa forma, a ideia de que estamos ajudando a África é falha [...] (Health Poverty Action, 2014, p. 5, tradução própria<sup>8</sup>).

Portanto, a responsabilidade britânica para com a África transcende à mera prestação de ajuda humanitária ou pedidos de perdão por injustiças praticadas ao longo da história. O entendimento de responsabilidade em relação a lugares distantes exige uma visão mais abrangente das obrigações globais, desafiando a romantização do colonialismo e reconhecendo seu impacto profundo nas sociedades, culturas e economias africanas. A representação das nações africanas como perpetuamente carentes e dependentes de intervenções externas negligencia a riqueza de suas experiências históricas, diversidade sociocultural e complexidades políticas. A narrativa do Reino Unido como um líder benevolente no desenvolvimento global perpetua uma perspectiva colonial reducionista, projetando a África a um lugar homogêneo e deficiente. Esta visão paternalista é uma herança das relações coloniais históricas que continua a influenciar políticas de desenvolvimento contemporâneas. Desta forma, perpetuando agendas neoliberais

---

<sup>7</sup> No inglês: partnerships are elaborated as unequal relationships, with Britain playing the ‘adult’ role of disciplinarian and provider to third world governments who seem to be children presenting potentially ‘challenging’ behaviour (Noxolo, 2006, p. 260).

<sup>8</sup> No inglês: While \$134 billion flows into the continent each year, predominantly in the form of loans, foreign investment and aid; \$192 billion is taken out, mainly in profits made by foreign companies, tax dodging, and the costs of adapting to climate change. The result is that Africa suffers a net loss of \$58 billion a year. As such, the idea that we are aiding Africa is flawed [...] (Health Poverty Action Briefing, 2014, p. 5).

pautadas em dinâmicas de poder tradicionais e, conseqüentemente, inviabilizando que relações em âmbitos comerciais e político-culturais sejam fundadas isonomicamente.

#### 4.2.1 A Commonwealth of Nations após a descolonização da África

Em resposta à descolonização da África, a Commonwealth of Nations passou por uma transformação relevante, saindo de suas raízes fundamentadas como extensão do Império Britânico (McIntyre, 2004). Essa mudança foi um momento definidor na história da organização, remodelando seu papel e relações, especialmente com os países africanos. Nesse sentido,

A Commonwealth moderna pós-Segunda Guerra Mundial foi projetada pela liderança política britânica para confortar os britânicos que sentiam profundamente a perda do Império e para fornecer um substituto para o domínio colonial: um instrumento para substituir o Império por uma esfera de influência britânica que cobrisse um quarto da superfície do mundo (Srinivasan, 2005, p.1, tradução própria<sup>9</sup>).

Assim, no período pós-Segunda Guerra Mundial, a Commonwealth deixou de ser a “The British Commonwealth”, tornando-se um coletivo de Estados soberanos, cada um membro das Nações Unidas. Essa redefinição representou não apenas uma mudança na estrutura, mas também uma mudança na ideologia – do domínio imperial para a tentativa de uma parceria internacional mais igualitária. A entrada dos países africanos foi mais um ponto importante que marcou essa mudança. Anteriormente, a Comunidade das Nações era um grupo coeso, principalmente preocupado com a cooperação econômica e o respeito às jurisdições domésticas. No entanto, o influxo de membros africanos, ao lado da questão complexa da Rodésia, introduziu novas dinâmicas e desafios (Srinivasan, 2005).

Esta nova era nas relações da Commonwealth foi caracterizada por uma mudança de tom e estratégia. As nações africanas trouxeram não apenas questões diplomáticas para o primeiro plano. Essa conjuntura foi exemplificada por incidentes como as ameaças de Gana e Tanzânia, em 1965, de deixar o grupo (Srinivasan, 2005). Além disso, em relação à África do Sul, a situação do país sob o regime do *apartheid* ilustra uma dinâmica significativa dentro da organização. Em 1961, em resposta a divergências internas e pressões externas, o país decidiu se retirar da Commonwealth. Esta decisão marcou um momento importante na história da

---

<sup>9</sup> No inglês: The modern post-Second World War Commonwealth was designed by the British political leadership to comfort those in Britain who keenly felt the loss of Empire, and to provide a surrogate for colonial rule: an instrument to replace the Empire with a British sphere of influence covering a quarter of the world's surface.

organização, refletindo as complexidades e os desafios enfrentados pela Commonwealth em lidar com questões de políticas internas de seus membros (Evans, 2017).

A narrativa construída entre os Estados-membros da Commonwealth moderna é de que seria uma “família de nações” (The Commonwealth, [s. d.]), unida pelos seus laços históricos e semelhanças culturais (como a anglofonia, práticas esportivas, patrimônio literário e práticas políticas e jurídicas) e pela promoção dos seguintes ideais: democracia, direitos humanos, boa governança, estado de direito, liberdade individual, igualitarismo, livre-comércio, multilateralismo e a paz mundial (Commonwealth of Nations, 1971). Apesar dessa metáfora da Commonwealth como uma família buscar exaltar uma ligação afetiva entre os membros, ela acaba perpetuando hierarquias racializadas, uma vez que tende a sobrepujar a dinâmica real de poder, muitas vezes desigual, entre a Grã-Bretanha e suas antigas colônias. O enquadramento familiar implica uma conexão benigna, mas minimiza o contexto histórico do imperialismo e seus impactos duradouros, além de sugerir uma hierarquia dentro da “família”, posicionando a Grã-Bretanha como a figura paterna ou orientadora, e as ex-colônias como “irmãos” mais jovens ou menos desenvolvidos (Power, 2009).

Para além disso, a Commonwealth adotou uma agenda de “boa governança” relativa às pautas de desenvolvimento e reforma africana. Embora defenda uma melhor governança nos Estados africanos, essa agenda pode servir como meio de exercer controle e promover interesses do capital global, representando uma nova forma de ocupação colonial. Um exemplo dessa dinâmica é o caso de Moçambique, que aderiu à organização em 1995, apesar de não ter sido colonizado pelos ingleses. A abordagem adotada pela Commonwealth para moldar o desenvolvimento em Moçambique, uma combinação de livre mercado e ajuda externa a fim de alcançar o desenvolvimento, aceleraram a neoliberalização do desenvolvimento moçambicano (Power, 2009).

Nesse sentido, o treinamento de altos funcionários moçambicanos na Secretariat’s Governance & Institutional Development da Commonwealth em Londres é outro exemplo dessa relação paternalista. Este programa, cujo objetivo era a capacitação e o suporte técnico para funcionários públicos moçambicanos, foi desenvolvido a pedido do ex-presidente moçambicano Joaquim Chissano, para promover um melhor entendimento da Commonwealth e seu Secretariado dentro do setor público de Moçambique. Todavia, o programa buscava a promoção de princípios liberais, evitando questões político-econômicas mais profundas (Power, 2009).



### 4.3 DIMENSÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA

O neocolonialismo, em uma perspectiva político-ideológica, continua a moldar as relações políticas e econômicas na África, especialmente sob o contexto atual da globalização e da atuação das organizações internacionais. A globalização exacerbou as disparidades de desenvolvimento, com países africanos, que se encontram em desvantagem no cenário global. Estes desequilíbrios refletem uma forma de neocolonialismo, em que uma agenda ideológica específica é imposta por meio de acordos e tratados, principalmente multilaterais.

À vista disso,

A globalização como processo de intensificação das relações econômicas, políticas, sociais e culturais além das fronteiras internacionais, visa a homogeneização transcendental da teoria política e socioeconômica em todo o mundo. Ela impacta significativamente nos estados africanos através da reestruturação sistemática das fases interativas entre suas nações, quebrando barreiras nas áreas de cultura, comércio, comunicação e vários outros campos de empreendimento. Esses processos têm impulsionado séries de crises cumulativas e conjecturais na divisão internacional do trabalho e na distribuição global do poder econômico e político; assim, qualificando a característica básica africana como pobreza, doenças, miséria e desemprego, entre outras crises de subdesenvolvimento (Ibrahim, 2013, p. 85, tradução própria<sup>10</sup>).

Nesse cenário, o surgimento da Comunidade Econômica Europeia (CEE), posteriormente transformada em União Europeia (UE), representa a formação de um Estado pós-imperial, o Estado europeu. A integração europeia, apesar de ser apontada como um processo de limitação de poder estatal, foi um projeto em que os países europeus construíram visando garantir seus próprios interesses. Assim, a Europa ocidental transformou essa organização em um fórum para mediar as necessidades de estabilidade social doméstica e a integração internacional (Osterhammel; Petersson, 2005). A partir do estabelecimento da UE, as relações inglesas com a África foram reconfiguradas. Sob o respaldo da UE, as políticas britânicas em relação à África deixaram de ser tratadas por vias bilaterais para um novo enquadramento em uma abordagem multilateral.

---

<sup>10</sup> No inglês: Globalization as the process of intensification of economic, political, social and cultural relations across international boundaries aimed at the transcendental homogenization of political and socio-economic theory across the globe, impacts significantly on African states through systematic restructuring of interactive phases among its nations, by breaking down barriers in the areas of culture, commerce, communication and several other fields of endeavor. These processes have impelled series of cumulative and conjectural crisis in the international division of labour and global distribution of economic and political power; thereby qualifying basic African feature to be poverty, diseases, squalor, and unemployment among other crisis of under development (Ibrahim, 2013, p. 85).

Isto posto, a globalização representa um processo pelo qual as normas e valores ocidentais são promovidos e internalizados globalmente. Um exemplo desse fenômeno é a popularização da expressão “*There Is No Alternative*<sup>11</sup>” (TINA) de Margaret Thatcher. Essa frase é usada para descrever uma ideologia que promove a globalização econômica neoliberal como a única opção viável para o desenvolvimento, limitando a capacidade dos países africanos de explorar alternativas ao modelo econômico dominante. A adoção acrítica do TINA no contexto africano representa uma forma de neocolonialismo ideológico, ao impor um conjunto específico de políticas e práticas econômicas que não consideram as realidades locais e perpetuam a dependência e a desigualdade (Arrighi, 2007).

A União Europeia, como um ator influente na África, desempenha um papel importante como incentivadora de modelos de governança, práticas de mercado e valores sociais neoliberais que refletem os interesses ocidentais. Os países africanos têm sido inseridos ao projeto supranacional europeu desde a criação da CEE em 1957. Do ponto de vista da Comissão Europeia, as parcerias estabelecem um comércio livre considerado “recíproco” entre as regiões envolvidas, onde os africanos mantêm o benefício de acessar os mercados europeus com tarifas reduzidas. Em contrapartida, eles são incentivados a diminuir suas próprias tarifas sobre produtos provenientes dos países membros da UE (Langan, 2018).

Apesar das intenções declaradas de parceria e desenvolvimento, muitas políticas da UE acabam perpetuando relações assimétricas e práticas neocoloniais. A New Partnership for Africa's Development (NEPAD) é um exemplo disso, onde as políticas da UE nem sempre se alinham com os objetivos de desenvolvimento autônomo da África. Embora a NEPAD busque promover a boa governança e o desenvolvimento sustentável na África, ele falha em abordar efetivamente os desafios políticos e econômicos existentes no continente. A NEPAD, em sua essência, reflete uma agenda neoliberal tecnocrata, que não consegue lidar com as realidades políticas e culturais dominantes no continente (Langan, 2018).

A agenda neoliberal, presente tanto na NEPAD quanto em outros programas de objetivos similares, promove políticas econômicas que favorecem a liberalização do mercado, a privatização e a redução do papel do Estado na economia. Essa abordagem enfatiza a eficiência do livre mercado como meio de alcançar o crescimento econômico e o desenvolvimento. A promoção da democracia e dos direitos humanos, frequentemente defendida pela UE, é

---

<sup>11</sup> Traduz-se para: não há alternativa.

instrumentalizada em prol da influência ideológica e política, além de ser utilizada para justificar intervenções política e militares. No entanto, não gera desenvolvimento ao continente, pois ignora as necessidades específicas dos países africanos. As políticas neoliberais tendem a resultar em desigualdades crescentes, na marginalização de comunidades vulneráveis e no enfraquecimento da capacidade dos governos de fornecer serviços essenciais (Langan, 2018).

A influência política e econômica da Europa na África moderna é um legado do colonialismo e reflexo das mudanças no sistema internacional pós-imperialismo. Essa influência é muitas vezes exercida através de acordos econômicos, assistência financeira e pressões políticas que favorecem os interesses europeus, limitando a autonomia política e econômica africana. A globalização promove a disseminação de valores e normas ocidentais, em detrimento das tradições e práticas locais africanas, refletindo uma continuidade das práticas coloniais.

#### **4.3.1 O Acordo de Cotonu de 2000**

Os primeiros acordos estabelecidos entre a CEE e os países africanos foram marcados pela imposição de uma liberalização gradual das tarifas econômicas, dessa forma foram definidos pela Convenção de Yaoundé (1963-1975). Esse tratado de livre comércio foi substituído pelas Convenções de Lomé que, em sua versão inicial, se inspiraram nos debates das Nações Unidas para estabelecer uma Nova Ordem Econômica Internacional. Deste modo, a primeira Convenção de Lomé visava estabelecer uma relação mais equilibrada entre a CEE e o grupo recém-formado de países Africanos, Caribenhos e do Pacífico (ACP). Todavia, na prática, essa convenção rapidamente se alinhou aos princípios do livre mercado, especialmente com a ascensão do Consenso de Washington entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, como uma reação à crise da dívida. Em várias economias africanas, foram adotados programas de ajuste estrutural, que levaram à privatização de diversos setores industriais, a redução da regulamentação e a liberalização nas políticas de investimento estrangeiro direto e nas tarifas de importação (Langan, 2018).

A evolução das relações entre a África e a União Europeia sob o Acordo de Cotonu de 2000 reflete uma continuidade de influências políticas e econômicas com precedentes históricos. Inicialmente, a relação foi caracterizada pela liberalização gradual das tarifas econômicas, como definido pela Convenção de Yaoundé e posteriormente pelas Convenções de Lomé. Esses

acordos, embora inicialmente visando um equilíbrio mais justo, acabaram se alinhando aos princípios do livre mercado, especialmente as prescrições do Banco Mundial e do FMI e sua ênfase na austeridade em relação aos gastos governamentais e no ajuste estrutural. Dessa forma, o Acordo de Cotonu marcou um retorno explícito aos laços de livre comércio recíprocos, exigindo que os países africanos reduzissem suas tarifas sobre os produtos europeus (Hurt, 2003; Langan, 2018).

Outro aspecto importante do Acordo de Cotonu é a introdução dos acordos de parceria econômica, que visam integrar os países ACP na economia global e promover o comércio entre os blocos. No entanto, esses tratados têm sido criticados por forçar a liberalização do comércio em países ACP, potencialmente expondo suas economias locais à concorrência desleal e prejudicando indústrias locais. Paralelamente, as preocupações de que a liberalização tarifária pudesse prejudicar as indústrias emergentes africanas cresceram. Todos esses ideais ideológicos defendidos pelo tratado perpetuam a dependência dos países ACP em relação à Europa. Embora seja apresentado como uma parceria, ele reflete uma dinâmica de poder desigual, onde a UE continua a exercer uma influência significativa sobre as políticas econômicas e políticas dos países da ACP (Hurt, 2003).

É relevante salientar que, sob este acordo, a UE começou a negociar com blocos sub-regionais africanos, assim a ACP deixa de negociar como unidade e passa a ser dividida em blocos, como a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral. Essa abordagem remonta a uma estratégia colonial de “dividir para conquistar” e cria uma disputa e, conseqüentemente, uma rivalidade entre os países da ACP para acessar o mercado ocidental. Além disso, a UE utilizou fundos de apoio orçamentário sob o Acordo de Cotonu para aprimorar a capacidade de governança nos países ACP, uma estratégia que pode ser vista tanto como um suporte quanto como uma forma de alavancagem política, transferindo o projeto supranacional da UE para os países da ACP individualmente. Essa dualidade reflete a complexa dinâmica de poder e influência nas relações UE-África, onde a ajuda econômica está atrelada a objetivos políticos e econômicos específicos dos países europeus (Langan, 2018).

Além disso, o pacto impõe condições políticas e econômicas que muitas vezes são de difícil aplicabilidade para os países ACP. Por exemplo, o Acordo de Cotonu enfatiza a necessidade de boa governança e respeito pelos direitos humanos como pré-requisitos para a

cooperação. Embora esses sejam objetivos louváveis, a forma pela qual são implementados e avaliados é bastante questionável, pois frequentemente são enviesados por uma perspectiva ocidental que pode não levar em conta as peculiaridades locais. Em termos de ajuda, o Acordo de Cotonu busca racionalizar e tornar mais eficiente a alocação de recursos, fazendo com que a ajuda continue a ser vinculada a condições políticas e econômicas restritivas. Deste modo, apesar de o Acordo de Cotonu representar um esforço para reformular as relações entre a UE e os países ACP, ele também acaba utilizado na promoção de uma agenda com valores da UE e, buscando obter o consentimento dos países ACP para o favorecimento desses interesses (Hurt, 2003).

Apesar de os pontos analisados ao longo dessa seção suscitarem um lado comercial-econômico das relações entre a UE e a África, eles estão intrinsecamente arraigados em uma ideologia neoliberal, evidenciada pela emergência do termo “globalização” no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 (Arrighi, 2007), e pelo surgimento de governos de direita como o de Thatcher. Portanto, o Acordo de Cotonu elucida não apenas a imposição de uma agenda com políticas e com o caráter ideológico bem definidos, como também demonstra a influência econômica, as relações assimétricas e a perpetuação da dependência por meio de programas de ajuda que as potências europeias, por meio da UE, prescrevem ao continente africano.

## 5 CONCLUSÃO

Este trabalho explorou de maneira abrangente o neocolonialismo britânico na África, destacando as dimensões comercial-econômica, cultural-humanitária e político-ideológica. Os achados reiteram a persistência do legado colonial na configuração das relações contemporâneas entre o Reino Unido e as nações africanas. Através dessa análise foi demonstrado como a influência britânica continua a se manifestar economicamente através da exploração de recursos e da dependência comercial, culturalmente por meio de laços humanitários e ideologicamente através da influência de políticas neoliberais.

O segundo capítulo buscou compreender os fundamentos teórico-conceituais e mecanismos do neocolonialismo em alinhamento com o primeiro objetivo específico (compreender as raízes teóricas e conceituais do neocolonialismo, analisando suas características fundamentais e situando-o no contexto histórico). A análise da literatura, com ênfase na obra de Kwame N’Krumah, proporcionou uma visão ampla da emergência do termo “neocolonialismo” no contexto internacional após a Segunda Guerra Mundial e de como ele se manifesta em várias dimensões. Dessa forma, foi destacado que o neocolonialismo não se limita a persistência da dominação e da exploração econômica, mas também há nuances culturais, políticas e militares nesse fenômeno.

Além disso, durante o estudo foi evidenciado que o neocolonialismo transcende a simples continuidade das práticas coloniais, adaptando-se as novas dinâmicas do sistema internacional. Apesar das nações africanas estarem aparentemente independente desde o final do século XX, ainda são profundamente influenciadas pelas dinâmicas de poder estabelecidas durante o colonialismo. A análise de diferentes aspectos do neocolonialismo mostra a complexidade dessa influência continuada, demonstrando como ela se manifesta por meio de influência econômica e cultural, intervenção política e militar, relações diplomáticas desiguais e cooptação de elites locais. Este capítulo foi crucial para estabelecer um entendimento teórico mais sólido do neocolonialismo, fundamental para a análise crítica nos capítulos subsequentes e para atingir o objetivo principal deste trabalho. Ele estabelece uma base para explorar, nos capítulos seguintes, como o legado do colonialismo britânico e as práticas neocoloniais se entrelaçam nas relações atuais entre o Reino Unido e os Estados africanos.

No capítulo sobre a Política Colonial Britânica na África, a análise se aprofunda na forma como o Reino Unido estabeleceu e manteve seu poder nas colônias africanas. Dessa maneira, alcança o segundo objetivo específico de explorar as particularidades da política colonial britânica e evidenciar a persistência dessas estratégias na formação neocolonial. Este capítulo detalha como a utilização de estratégias, como a exploração intensiva de recursos naturais e a implementação de sistemas de governo indireto, permitiram aos ingleses exercer controle sobre as colônias enquanto minimizava a resistência local. As implicações de longo prazo dessas estratégias coloniais criaram as bases para relações econômicas e políticas desiguais que continuaram mesmo após a independência dos países africanos. Enquanto a política de governo indireto permitiu certa preservação das estruturas tradicionais de autoridade africanas, ela também reforçou o controle britânico e contribuiu para a erosão das culturas locais. As influências britânicas na educação e na língua impuseram um impacto duradouro nas sociedades africanas, marcando profundamente suas estruturas sociais e culturais. Economicamente, as práticas britânicas durante o período colonial desempenharam um papel significativo no subdesenvolvimento das economias africanas, criando um modelo econômico que favorecia a exportação de matérias-primas em detrimento do desenvolvimento industrial local (Wallerstein, 2005).

A compreensão do imperialismo como reflexo da Segunda Revolução Industrial e da fase industrial do sistema capitalista é crucial para entender os desdobramentos da política colonial britânica na África. Durante este período, a busca por matérias-primas e a inserção desse continente no contexto capitalista como fornecedora destas foi uma estratégia central do Reino Unido. Este movimento visava reforçar a economia britânica, já pressionada pelas dinâmicas de um mercado internacional competitivo. As empresas estabelecidas durante este período, muitas das quais continuam operando na África, foram fundamentais na exploração de recursos naturais. Além disso, as companhias britânicas atuando no continente muitas vezes tinham ligações estreitas com o governo. A utilização do setor privado como ferramenta para a conquista e administração dessas terras foi uma estratégia fundamental na expansão imperial. Essa abordagem permitiu que a Grã-Bretanha estabelecesse e mantivesse o controle sobre vastas áreas de maneira mais eficiente e menos onerosa do que se dependesse exclusivamente de recursos governamentais. Um exemplo notável abordado ao longo do trabalho é Cecil Rhodes, cuja influência se estendeu tanto no cenário empresarial quanto no político. Essas relações entre

empresários e o governo refletiam a interconexão entre os interesses comerciais e a política colonial, estabelecendo padrões de exploração e controle que teriam impactos duradouros nas economias e sociedades africanas.

A formação da Commonwealth durante o período imperial britânico e sua evolução durante o processo de descolonização também foram importantes para moldar as relações entre a Grã-Bretanha e suas antigas colônias. Esta organização, após o período de independências, estruturou-se como uma continuação do Império, a fim de garantir a prevalência dos interesses ingleses na África. Apesar de a tentativa de estabelecer uma zona esterlina ter falhado, a Commonwealth foi direcionada para buscar promover os laços culturais e políticos com as nações que alcançaram a independência, criando um senso de comunidade e continuidade. Assim, foi estabelecido um vínculo paternal entre a Coroa Britânica e as colônias mesmo após a independência.

Este cenário estabeleceu as bases para as relações neocoloniais abordadas no último capítulo, onde se discute a manifestação dessas dinâmicas no contexto contemporâneo. Desse modo, o último capítulo se correlaciona com o terceiro objetivo específico, que visa compreender a manifestação do neocolonialismo britânico no continente africano nos eixos comercial-econômico, político-ideológico e cultural-humanitário. Na esfera comercial-econômica, as práticas de exploração de recursos naturais e as estratégias econômicas britânicas continuam a influenciar as economias africanas, exacerbadas pela globalização e pelo modelo neoliberal. Assim, constata-se que após a descolonização muitas nações africanas se encontraram presas em um ciclo de dependência econômica, principalmente devido à exportação de *commodities* minerais e agrícolas. Este modelo econômico é um reflexo direto do passado colonial, onde as economias africanas eram primariamente fontes de matérias-primas para as indústrias europeias.

Durante o período imperialista, a motivação para a exploração da África foi amplamente impulsionada pelo capital industrial. A demanda por matérias-primas para alimentar as indústrias europeias levou à intensa exploração dos recursos naturais africanos. Hoje, essa exploração continua, porém, é mediada pelo capital financeiro. Isso é evidenciado pelas empresas britânicas atuantes na África, muitas das quais estão listadas na Bolsa de Londres, refletindo a transição do domínio imperial direto para a influência financeira e econômica. A expansão do capital financeiro corporativo global no início do século XXI transformou o continente africano, perpetuando a pilhagem histórica de recursos naturais. Esta transformação, caracterizada pela

busca de terras e recursos para exploração capitalista, manteve a África como alvo de disputas por grupos corporativos globais. Dentro dessa dinâmica, o papel da elite africana é crucial. Esse grupo de pessoas foi moldado e legitimado durante a era colonial por meio do governo indireto, visando garantir os interesses ingleses. Assim, continuam mantendo um sistema que favorece o capital internacional às custas da população local. Suas alianças com interesses estrangeiros facilitaram a exploração contínua dos recursos da África, reforçando a estrutura econômica neocolonial, como previsto por N’Krumah.

A persistência de empresas britânicas na África, muitas datando da era colonial, exemplifica essa influência econômica contínua. Para ilustrar esse ponto, foi feita a escolha do caso da mineração na África Austral, uma vez que é um dos exemplos mais claros dessa dinâmica. Este setor, historicamente crucial para a economia da região, demonstra a continuidade da exploração de recursos. As operações de mineração, dominadas por empresas britânicas, formam um monopólio que extrai os recursos locais, mas o lucro gerado por essa atividade é raramente reinvestido nesses países. Em vez disso, esse dinheiro é frequentemente canalizado de volta para economias externas, particularmente para o Reino Unido. Este fluxo de capital para fora do continente africano perpetua um ciclo de exploração econômica e impede o desenvolvimento econômico sustentável e autônomo das nações africanas, mantendo-as dependentes de investimentos e interesses estrangeiros.

Na dimensão cultural-humanitária, torna-se clara a relação contínua entre o Reino Unido e a África, especialmente no contexto da ajuda humanitária e da responsabilidade britânica pós-descolonização. Esta análise ressalta como as percepções de responsabilidade e a narrativa de ajuda britânica para com a África estão profundamente entrelaçadas com legados históricos e imperativos morais, estabelecidos durante a colonização para justificá-la. Além de ficar claro a visão revisionista e de superioridade moral que muitas vezes permeia estas relações, perpetuando uma imagem negativa da África como um continente perpetuamente dependente da generosidade ocidental.

A política britânica para a África, especialmente sob a liderança de Tony Blair no final dos anos 1990, é examinada, por ser possível destacar como o Reino Unido procurou desempenhar um papel mais ativo na política africana. O Departamento de Desenvolvimento Internacional (DFID), criado para abordar a pobreza global e questões de desenvolvimento, teve suas abordagens questionadas por perpetuar ciclos de dependência e não atender às reais

necessidades africanas. Nesse sentido, este tópico vai de encontro com as ideias de N'Krumah, que criticava a natureza dos programas de ajuda, argumentando que eles frequentemente mantêm ou até exacerbam as relações de dependência, em vez de promover a verdadeira independência e desenvolvimento sustentável.

A discussão sobre a Commonwealth no contexto cultural-humanitário demonstra-se importante para compreender a continuidade das relações entre o Reino Unido e a África após a descolonização. A organização representa um esforço para manter laços culturais e políticos e simboliza uma forma de continuidade do legado britânico, refletindo uma relação que, embora não mais colonial em termos formais, ainda carrega traços de um paternalismo histórico. Dessa maneira, as dinâmicas estabelecidas entre a Grã-Bretanha e a África são muitas vezes uma extensão das políticas colonialistas, perpetuando um modelo de dependência que ecoa o passado colonial. Isso se reflete em práticas como a romantização dos programas de ajuda humanitária e a persistente crença no “fardo do homem branco”, que não consideram a dinâmica real de poder e dependência. As políticas de desenvolvimento contemporâneas são muitas vezes influenciadas por esta visão redutora e paternalista, priorizando agendas neoliberais e dinâmicas de poder tradicionais, em vez de buscar parcerias genuínas baseadas em respeito mútuo e compreensão.

Por fim, na dimensão político-ideológica, o neocolonialismo continua a moldar as relações políticas e econômicas na África, especialmente sob a influência da globalização e das políticas das organizações internacionais. As nações africanas são incentivadas a adotar modelos de governança e práticas de mercado que refletem os interesses e ideologias ocidentais, limitando frequentemente a autonomia política e econômica africana. Este fenômeno é exemplificado pela adoção da ideologia neoliberal, que promove a globalização econômica como a única opção viável para o desenvolvimento, e pela influência política e econômica europeia na África moderna, a qual é um legado claro do colonialismo. Para exemplificar essa questão, a escolha do Acordo de Cotonu foi feita, uma vez que ele reflete a complexidade das relações neocoloniais no contexto contemporâneo. Embora apresentado como uma parceria equitativa entre a União Europeia e os países da África, Caribe e Pacífico, o acordo impõe uma agenda neoliberal, privilegiando a liberalização do mercado e a privatização. Este acordo exemplifica como, mesmo em um contexto de cooperação aparentemente paritária, as dinâmicas de poder desiguais persistem, com a UE exercendo influência significativa nas políticas econômicas e políticas dos países africanos. Assim, o Acordo de Cotonu destaca a contínua influência do neocolonialismo

nas relações internacionais, onde os interesses ocidentais ainda moldam as políticas e estruturas econômicas em países anteriormente colonizados.

Considerando a integralidade desse trabalho, o objetivo principal definido de analisar a manifestação do neocolonialismo britânico na África, investigando suas dimensões em esferas comercial-econômicas, político-ideológicas e cultural-humanitárias, e como estas se relacionam com a política colonial britânica histórica no continente, foi alcançado. A hipótese de que o neocolonialismo britânico se manifesta de forma mais sutil e, portanto, é muitas vezes ignorada em trabalhos acadêmicos, foi reforçada pelas esferas e casos analisados nesse estudo. A política colonial britânica historicamente utilizou métodos mais sutis e indiretos de administração, uma prática perpetuada no neocolonialismo. Esta abordagem mais discreta e sofisticada de influência e controle, que contrasta com métodos mais diretos adotados por outras potências coloniais, faz com que o neocolonialismo britânico seja frequentemente subestimado ou negligenciado. No entanto, a investigação das políticas e práticas britânicas na África demonstrou como esses métodos indiretos continuam a moldar as relações entre o Reino Unido e os Estados africanos na contemporaneidade.

A relevância deste trabalho reside na sua contribuição para uma melhor compreensão do neocolonialismo britânico na África e a retomada de obras elaborados por autores pan-africanistas sobre o tema, principalmente N'Krumah, mas também Walter Rodney, Frantz Fanon e Ngũgĩ wa Thiong'o. Além disso, este estudo, ao destacar a persistência dessas práticas neocoloniais, contribui para a compreensão das dinâmicas de poder globais, das consequências do imperialismo britânico e da sua política colonial, lançando luz sobre as dificuldades enfrentadas pelos países africanos em sua busca por desenvolvimento e autonomia. A pesquisa também contribui para uma análise crítica das Relações Internacionais e dos Estudos de Desenvolvimento, ressaltando a importância de abordagens que considerem o impacto histórico do colonialismo e sua manifestação na contemporaneidade através do neocolonialismo.

A escolha das dimensões comercial-econômica, cultural-humanitária e político-ideológica para analisar o neocolonialismo britânico na África foi motivada pela necessidade de compreender as diversas formas pelas quais o neocolonialismo se manifesta e influencia as relações contemporâneas. No entanto, esta abordagem também representa uma limitação do trabalho, pois outras esferas, como a securitária, poderiam também contribuir para a compreensão das dinâmicas neocoloniais. Além disso, uma análise mais aprofundada das dimensões escolhidas

teria enriquecido o estudo, mas as limitações impostas pelo formato de um TCC restringiram tal exploração. Futuros trabalhos podem expandir esta pesquisa, realizando estudos de caso focados em relações específicas entre a Grã-Bretanha e Estados ou regiões africanas, como a África Austral, Gana ou Quênia. Além disso, uma continuação natural deste estudo seria investigar estratégias eficazes para que a África supere as influências do neocolonialismo, conseguindo atingir um desenvolvimento mais autônomo e sustentável.

## REFERÊNCIAS

- ALL AFRICAN PEOPLE'S CONFERENCE, 3, 1961, Cairo. Resolutions of the All-African People's Conference. **All-African People's Conference News Bulletin**, v. 1, n. 4. Disponível em: <https://www.blackagendareport.com/document-resolution-neocolonialism-cairo-1961>. Acesso em: 02 jan. 2024.
- ARRIGHI, Giovanni. Globalização e desenvolvimento desigual. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [s. l.], v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/15910>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- BANGURA, Yusuf Mustapha. **Britain and Commonwealth Africa: The politics of economic relations 1951 - 75**. Manchester: Manchester University Press, 1983.
- BERGENSTOCK, D. J.; DEYLI, M. E.; TAYLOR, L. W. A Cartel's Response to Cheating: An Empirical Investigation of the De Beers Diamond Empire. **Southern Economic Journal**, [s. l.], v. 73, ed. 1, p. 173-189, 2006. DOI: [doi.org/10.2307/20111881](https://doi.org/10.2307/20111881). Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20111881>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- BERGENSTOCK, Do. J.; MASKULKA, J. M. The De Beers story: Are diamonds forever?. **Business Horizons**, [s. l.], v. 44, ed. 3, p. 37-44, 2001. DOI: [doi.org/10.1016/S0007-6813\(01\)80033-1](https://doi.org/10.1016/S0007-6813(01)80033-1). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0007681301800331>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- BUBA, Imrana Alhaji. Aid, Intervention, and Neocolonial 'Development' in Africa. **Journal of Intervention and Statebuilding**, [s. l.], v. 13, ed. 2, p. 131-138, 2019. DOI: [doi.org/10.1080/17502977.2018.1470136](https://doi.org/10.1080/17502977.2018.1470136). Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17502977.2018.1470136>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- BURGIS, Tom. **The Looting Machine: Warlords, Oligarchs, Corporations, Smugglers, and the Theft of Africa's Wealth**. Nova Iorque: Public Affairs, 2015)
- BURROUGHS, Peter. Defence and Imperial Disunity. In: PORTER, Andrew. **The Oxford History of The British Empire: The Nineteenth Century**. Milton Keynes: Oxford University Press, 1999a. v. 3, cap. 9, p. 170-197.
- BURROUGHS, Peter. Imperial Institutions and the Government of Empire. In: PORTER, Andrew. **The Oxford History of The British Empire: The Nineteenth Century**. Milton Keynes: Oxford University Press, 1999b. v. 3, cap. 15, p. 320-345.
- CATSOSSA, Lucas Atanásio. Globalização do capitalismo extrativista, recursos naturais e o neocolonialismo na África: desafios e perspectivas para Moçambique. **ENTRE-LUGAR**, [s. l.], v. 12, n. 23, p. 310–355, 2021. DOI: [10.30612/el.v12i23.14816](https://doi.org/10.30612/el.v12i23.14816). Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/14816>. Acesso em: 4 jan. 2024.

CELL, John W. Colonial Rule. In: BROWN, J. M.; LOUIS, W. R. **The Oxford History of The British Empire: The Twentieth Century**. 2. ed. Milton Keynes: Oxford University Press, 2004. v. 4, cap. 10, p. 232-254.

CHAVES, L. C. N.; SANTOS, R. E. O NEOCOLONIALISMO E A EMANCIPAÇÃO DA ÁFRICA: uma leitura a partir de Kwame Nkrumah. **Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros**, [s. l.], v. 3, n. 5, 2020. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/14606>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CHAZAN, Naomi; *et al.* **Politics and Society in Contemporary Africa**. 3. ed. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1999.

CLAASEN, C; ROLOFF, J. The Link Between Responsibility and Legitimacy: The Case of De Beers in Namibia. **Journal of Business Ethics**, [s. l.], v. 107, ed. 3, p. 379-398, 2012. DOI: [doi.org/10.1007/s10551-011-1045-0](https://doi.org/10.1007/s10551-011-1045-0). Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41476256>. Acesso em: 20 jan. 2024.

COMMONWEALTH SECRETARIAT. **Though the modern Commonwealth is just 60 years old, the idea took root in the 19th century**, [s.d.]. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20110512175414/http://www.thecommonwealth.org/Internal/191086/34493/history/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

COMMONWEALTH OF NATIONS. **Singapore Declaration Of Commonwealth Principles**, 1971. Disponível em: <https://production-new-commonwealth-files.s3.eu-west-2.amazonaws.com/migrated/history-items/documents/Singapore%20Declaration.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CROZIER, Brian. **Neo-Colonialism**. Londres: Bodley Head, 1964.

CURTIS, Mark. The New Colonialism: Britain's scramble for Africa's energy and mineral resources. **Curtis Research**, [s. l.], 2016. Disponível em: <https://curtisresearch.org/the-new-colonialism-britains-scramble-for-africas-energy-and-mineral-resources/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

DALZIEL, Nigel. **The Penguin historical atlas of the British Empire**. Londres: Penguin, 2006.

EVANS, Gareth. Commonwealth Diplomacy and the End of Apartheid. **The Round Table: The Commonwealth Journal of International Affairs**, Londres, v. 106, ed. 1, p. 61-69, 2017. DOI [doi.org/10.1080/00358533.2016.1272952](https://doi.org/10.1080/00358533.2016.1272952). Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00358533.2016.1272952>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Lisboa: Ulisseia, 1961.

FIELDHOUSE, D. K. The Metropolitan Economics of Empire. *In*: BROWN, J. M.; LOUIS, W. R. **The Oxford History of The British Empire: The Twentieth Century**. 2. ed. Milton Keynes: Oxford University Press, 2004. v. 4, cap. 1, p. 1-46.

FOX, Ralph. The Colonial Policy of British Imperialism. Paris: Foreign Languages Press, 2023.  
GILROY, Paul. **Why Harry's disoriented about empire**: The chronic pain of loss feeds our melancholic attachment. [s. l.], 2005. Disponível em:  
<https://www.theguardian.com/uk/2005/jan/18/britishidentity.monarchy>. Acesso em: 18 jan. 2024.

GOPAL, Priyamvada. The 'Moral Empire': Africa, Globalisation and the Politics of Conscience. **New Formations: A Journal of Culture/Theory/Politics**, [s. l.], v. 59, p. 81-97, 2006. Disponível em:

<https://go.gale.com/ps/i.do?p=LitRC&u=googlescholar&id=GALE|A155919839&v=2.1&it=r&sid=googleScholar&asid=f6c81f83>. Acesso em: 20 jan. 2024.

GOVERNMENT OF GUYANA. Ministry of Natural Resources. **Petroleum Management Programme**: Tullow Oil. [s. l.], 2019. Disponível em: <https://petroleum.gov.gy/operators/tullow-oil#:~:text=Tullow%20is%20Africa%E2%80%98s%20leading%20global,gas%20exploration%20and%20production%20company.%20Acesso%20em:%2025%20jan.%202024>. Acesso em: 18 jan. 2024.

GRYNBERG, R.; MBAYI, L. **The Global Diamond Industry: Economics and Development**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015. v. 1.

HAAG, Diana. Mechanisms of Neo-Colonialism. Current French and British Influence in Cameroon and Ghana. **SSRN Elect Journal**, Nova Iorque, Abr. 2012. Disponível em:  
[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2033138](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2033138). Acesso em: 02 jan. 2024.

HURT, Stephen. Co-operation and coercion? The Cotonou Agreement between the European Union and ACP states and the end of the Lomé Convention. **Third World Quarterly**, [s. l.], v. 24, p. 161-176, 2003. DOI: [doi.org/10.1080/713701373](https://doi.org/10.1080/713701373). Disponível em:  
<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/713701373>. Acesso em: 22 jan. 2024.

HURT, Stephen. Mission Impossible: A Critique of the Commission for Africa. **Journal of Contemporary African Studies**, [s. l.], v. 25, ed. 3, p. 355-368, 2007. DOI:  
[doi.org/10.1080/02589000701662426](https://doi.org/10.1080/02589000701662426). Disponível em:  
<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02589000701662426>. Acesso em: 17 jan. 2024.

HYAM, Ronald. The British Empire in the Edwardian Era. *In*: BROWN, J. M.; LOUIS, W. R. **The Oxford History of The British Empire: The Twentieth Century**. 2. ed. Milton Keynes: Oxford University Press, 2004. v. 4, cap. 2, p. 47-63.

IBRAHIM, Alhaji Ahmadu. The impact of globalization on Africa. **International Journal of Humanities and Social Science**, [s. l.], v. 3, ed. 15, p. 85-93, 2013. Disponível em:  
[http://www.ijhssnet.com/view.php?u=http://www.ijhssnet.com/journals/Vol\\_3\\_No\\_15\\_August\\_2013/11.pdf](http://www.ijhssnet.com/view.php?u=http://www.ijhssnet.com/journals/Vol_3_No_15_August_2013/11.pdf). Acesso em: 20 jan. 2024.

KILLINGRAY, David. **Fighting for Britain: African Soldiers in the Second World War**. Woodbridge: James Currey, 2010.

KUBICEK, Robert. British Expansion, Empire, and Technological Change. *In: PORTER, Andrew. **The Oxford History of The British Empire: The Nineteenth Century***. Milton Keynes: Oxford University Press, 1999. v. 3, cap. 12, p. 247-269.

LANGAN, Mark. **Neo-Colonialism and the Poverty of 'Development' in Africa**. Cham: Palgrave Macmillan Cham, 2018.

LENIN, Vladimir. **O Imperialismo: Fase superior do capitalismo**. Tradução: Olinto Beckerman. 2. ed. São Paulo: Parma LTDA, 1982.

LONSDALE, John. East Africa. *In: BROWN, J. M.; LOUIS, W. R. **The Oxford History of The British Empire: The Twentieth Century***. 2. ed. Milton Keynes: Oxford University Press, 2004. v. 4, cap. 23, p. 530-544.

LOUIS, Wm. Roger. Introduction. *In: BROWN, J. M.; LOUIS, W. R. **The Oxford History of The British Empire: The Twentieth Century***. 2. ed. Milton Keynes: Oxford University Press, 2004a. v. 4, cap. 1, p. 1-46.

LOUIS, Wm. Roger. The Dissolution of the British Empire. *In: BROWN, J. M.; LOUIS, W. R. **The Oxford History of The British Empire: The Twentieth Century***. 2. ed. Milton Keynes: Oxford University Press, 2004b. v. 4, cap. 14, p. 329-356.

MARKS, Shula. Southern Africa. *In: BROWN, J. M.; LOUIS, W. R. **The Oxford History of The British Empire: The Twentieth Century***. 2. ed. Milton Keynes: Oxford University Press, 2004. v. 4, cap. 24, p. 545-573.

MCINTYRE, W. David. Commonwealth Legacy. *In: BROWN, J. M.; LOUIS, W. R. **The Oxford History of The British Empire: The Twentieth Century***. 2. ed. Milton Keynes: Oxford University Press, 2004. v. 4, cap. 30, p. 693-702.

MISACHI, John. What Does The Sun Never Sets on The British Empire Mean?. **WorldAtlas**, Montreal, Mai. 2018. Disponível em: <https://www.worldatlas.com/articles/what-does-the-sun-never-sets-on-the-british-empire-mean.html>. Acesso em: 11 jan. 2024.

MÜLLER-CREPON, Carl. Continuity or Change? (In)direct Rule in British and French Colonial Africa. **International Organization**, [S. l.], v. 74, n. 4, p. 707-741, 2020. DOI: 10.1017/S0020818320000211. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-organization/article/abs/continuity-or-change-indirect-rule-in-british-and-french-colonial-africa/E50B6590C8868F4A1C2D56E2A232F8DD>. Acesso em: 11 jan. 2024.

NEWBURY, Colin. Great Britain and the Partition of Africa, 1870-1914. *In: PORTER, Andrew. **The Oxford History of The British Empire: The Nineteenth Century***. Milton Keynes: Oxford University Press, 1999b. v. 3, cap. 27, p. 624-650.

NGŨGĨ, Wa Thinog'O. **Moving the Centre: The Struggle for Cultural Freedoms**. Londres: James Currey Publishers, 1993.

NOXOLO, Patricia. Claims: A postcolonial geographical critique of 'partnership' in Britain's development discourse. **Singapore Journal of Tropical Geography**, [s. l.], v. 27, ed. 3, p. 254-269, 2006. DOI: doi.org/10.1111/j.1467-9493.2006.00261.x. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9493.2006.00261.x>. Acesso em: 22 jan. 2024.

N'KRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo: último estágio do Imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

OSTERHAMMEL, J.; PETERSSON, N. P. **Globalization: A short history**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

PEDLER, Sir Frederick. British Planning and Private in Colonial Africa. *In*: DUIGNAN, P.; GANN, L. H. **Colonialism in Africa, 1870-1960: The economics of colonialism Enterprise**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1975. v.4, cap. 3, p. 95-126.

PORTER, Andrew. Trusteeship, Anti-Slavery, and Humanitarianism. *In*: \_\_\_\_\_. **The Oxford History of The British Empire: The Nineteenth Century**. Milton Keynes: Oxford University Press, 1999. v. 3, cap. 10, p. 198-221.

POWER, Marcus. The Commonwealth, 'development' and post-colonial responsibility. **Geoforum**, [s. l.], ano q, v. 40, ed. 1, p. 14-24, 2009. DOI: doi.org/10.1016/j.geoforum.2008.04.008. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S001671850800081X>. Acesso em: 22 jan. 2024.

RAHAMAN, M.; YEAZDANI, M.; MAHMUD, R. The Untold History of Neocolonialism in Africa (1960-2011): **History Research**. v. 5, n. 1, 2017, p. 9-16, Mar. 2014. DOI: 10.11648/j.history.20170501.12. Disponível em: <https://www.sciencepublishinggroup.com/article/10.11648.j.history.20170501.12>. Acesso em: 02 jan. 2024.

REINO UNIDO. Primeiro-ministro (1995-2007: Tony Blair). **Leader's speech**. Brighton, 1997. Disponível em: <http://www.britishpoliticalspeech.org/speech-archive.htm?speech=203>. Acesso em: 15 jan. 2024.

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Lisboa: Seara Nova, 1975.

SARTRE, Jean-Paul. **Colonialism and Neocolonialism**. Londres: Routledge, 2005.

SHARPLES, N.; JONES, T.; MARTIN, C. Honest Accounts? The True Story of Africa's Billion Dollar Losses. **Curtis Research**, [s. l.], 2014. Disponível em: <https://curtisresearch.org/honest-accounts-the-true-story-of-africas-billion-dollar-losses/>. Acesso em: 25 jan. 2024.

SIMPARA, Mahamadou. **The Prediction of Globalisation in Kwame Nkrumah's Neo-colonialism, the Last Stage of Imperialism (1956)**. Orientador: Fatima Maameri. 2014. 103 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Anglo-Americanos) - Department of English, Faculty of Letters and Languages, Oum El Bouaghi, 2015. Disponível em: <http://bib.univ-oeb.dz:8080/jspui/bitstream/123456789/2717/1/M-B-S.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2023.

TAYLOR, Ian. 'Advice Is Judged by Results, Not by Intentions': Why Gordon Brown Is Wrong about Africa. **International Affairs**, [s. l.], v. 81, ed. 2, p. 299–310, 2005. DOI: [doi.org/10.1111/j.1468-2346.2005.00451.x](https://doi.org/10.1111/j.1468-2346.2005.00451.x). Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3568889>. Acesso em: 22 jan. 2024.

THE COMMONWEALTH. About us, [s.d.]. Disponível em: <https://thecommonwealth.org/about-us>. Acesso em: 20 jan. 2024.

TRENCHARD, Tommy. **Diamond diggers in South Africa's deserted mines break the law — and risk their lives**. [s. l.], 2022. Disponível em: <https://www.npr.org/sections/goatsandsoda/2022/11/27/1132369294/diamond-diggers-in-south-africas-deserted-mines-break-the-law-and-risk-their-liv>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VISENTINI, P. F.; RIBEIRO, L. D. T.; PEREIRA, A. D. **História da África e dos Africanos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África na política internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial**. Curitiba: Juruá, 2012.

WALKER, George. 'So Much to Do': Oxford and the Wills of Cecil Rhodes. **The Journal of Imperial and Commonwealth History**, [s. l.], v. 44, p. 697-716, 16 ago. 2016. DOI: [10.1080/03086534.2016.1211295](https://doi.org/10.1080/03086534.2016.1211295). Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03086534.2016.1211295>. Acesso em: 18 jan. 2024.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Africa: The Politics of Independence and Unity**. Lincoln: University Of Nebraska Press, 2006.

WAR ON WANT. **About War on Want: War on Want is a movement of people working to end global poverty and human rights abuses**. [s. l.], 1999. Disponível em: <https://waronwant.org/about>. Acesso em: 18 jan. 2024.

WODDIS, Jack. **An Introduction to Neo-colonialism**. Nova Iorque: International Publishers, 1967.

WOMACK, Brantly. **Asymmetry and International Relationships**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2016.

YOUNG, Robert J.C. **Postcolonialism: An Historical Introduction**. 2. ed. Chichester: John Wiley & Sons, 2016.